

Sumário

Número de notícias: 47 | Número de veículos: 39

BEM PARANÁ - CURITIBA - PR - BEM RAPIDINHO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal apreende mais de 83 kg de cocaína no Porto de Paranaguá.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Brasil melhora em índice que mede combate à corrupção.....6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

STF ratifica pensão de 50% do benefício.....7

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Supremo decide que nova regra de pensão por morte é constitucional. Calculadora mostra como fica benefícios.....8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Indenização trabalhista por dano moral pode ultrapassar teto da CLT, decide STF.....9

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

STF admite danos morais acima do teto da CLT.....11

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Incoerência na reforma da Previdência (Artigo).....12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência consulta sobre regra de compensação.....14

A GAZETA - MT - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Segunda parcela do 13º está sendo paga.....15

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar 2- parcela do décimo-terceiro.....16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Para equacionar os deficits previdenciários - RAUL VELLOSO.....17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Remuneração mínima e INSS, o que muda ao regulamentar apps?.....19

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Remuneração mínima, INSS e seguros complementares: o que está em jogo na regulamentação dos apps.....21

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma vai mexer com o bolso dos consumidores	23
JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL	
Reforma tributária: necessidade e obstáculos (2) (Artigo)	26
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad minimiza perdas para estados	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Desoneração da folha vira novo impasse em reforma tributária	28
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
"Não adianta só resolver o curto prazo", afirma Haddad	29
A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Haddad: reforma será discutida após volta de Lira	30
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
"Sistema gera contencioso, ineficiência e desigualdade"	31
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad diz que transição longa facilita reforma	33
GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
REFORMA: LIRA ADMITE TEXTO MÍNIMO CONSENSUAL ATÉ DIA 7	35
JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Entidades acompanham de perto debates sobre reforma tributária	36
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - INFORME DO DIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Cultura em destaque na reforma tributária	37
O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad critica concessões em reforma	38
O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
'Sistema tributário atual induz a ineficiência', diz ex-secretário de Política Econômica	39
O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma Tributária: Prefeitos cobram mais tempo para debate e falam em imposição da Câmara	41
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Passo decisivo da reforma tributária (Artigo)	42
RÁDIO CBN BRASÍLIA FM 95,3 - DF - CBN BRASÍLIA - MANHÃ REFORMA TRIBUTÁRIA	

Secretários estaduais de fazenda de pelo menos 5 estados devem encontrar-se com o relator da reforma tributária na quinta-feira	43
.....	
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Relator do arcabouço na Câmara critica versão do Senado	44
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
BC deixa para "depois de amanhã" o que poderia fazer hoje - PEDRO CAFARDO	46
MEIO NORTE - TERESINA - PI - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Números favoráveis do Boletim Focus apontam urgência na queda da Selic - BRASIL NA PAUTA	48
.....	
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA ECONOMIA	
Focus vê crescimento acima de 2% em 2023	50
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Analistas ouvidos pelo BC mantêm previsão de corte do juro para agosto	51
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
BNDES diz que crédito maior precede alta de investimentos	53
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Insatisfação com os juros cresce entre as micro e pequenas indústrias	55
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Ibovespa se alinha à cena externa e realiza lucro à espera da ata do Copom	57
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
"Podemos ver uma inflação surpreendentemente baixa"	58
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
FMI alerta BCs sobre luta contra a inflação	60
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
Cenário mais estável no País derruba o dólar	62
PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Gasolina deve ficar R\$ 0,34 mais cara a partir de sábado com volta de impostos	64
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Exportadoras são 1% do total de empresas e respondem por 15% do emprego no país	65
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Confiança do consumidor é a maior desde 2019	66

Terça-Feira, 27 de Junho de 2023

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A escalada da inadimplência (Editorial).....67

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - CIDADES
ECONOMIA

Dívidas levam trabalhadores a buscar renda extra com 'bico'.....68

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

América Latina deve liderar cortes de juros.....70

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Lula volta a defender moeda comum e crédito para Argentina.....71

Receita Federal apreende mais de 83 kg de cocaína no Porto de Paranaguá

Uma ação conjunta entre forças de segurança culminou com a apreensão de 83,5 kg de cocaína no Porto de Paranaguá, ontem.

A cocaína estava inserida em um contêiner carregado com breu (colofônia), um subproduto da resina utilizado na fabricação de tintas e adesivos. O contêiner estava embarcado em um navio com uma escala prevista em Tânger no Marrocos, antes de seguir para Portugal.

Em Cascavel, cantor é preso minutos antes de show por dívida de R\$ 75 mil em pensão

Um cantor, cuja identidade não foi relevada, foi preso, minutos antes de se apresentar em um bar de Cascavel, no oeste do Paraná, neste fim de semana. Ele tinha um mandado em aberto por não pagar pensão alimentícia. A dívida estaria em cerca de R\$ 75,6 mil, de acordo com a Polícia Militar (PM).

Site:

<https://www.bemparana.com.br/jornaldoestado/impresso>

Brasil melhora em índice que mede combate à corrupção

Após três anos consecutivos de retrocessos no ambiente institucional doméstico, o Brasil registrou uma leve melhora no Índice de Capacidade de Combate à Corrupção (CCC) de 2023. A pontuação brasileira subiu apenas 1,5% em relação ao ano anterior. Mas o avanço, embora tímido, ajudou o país a ir da décima para a oitava posição no ranking. Ainda assim, segundo os autores do relatório, há pontos de atenção que devem ser observados, como possíveis mudanças na Lei das Estatais, a escolha do próximo procurador-geral da República (PGR) e o fisiologismo nas negociações entre Executivo e Legislativo.

O ranking do Índice CCC abrange os 15 países que, juntos,

representam cerca de 96% do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina. Antecipado ao Valor com exclusividade no Brasil, o ranking é produzido desde 2019 pela Americas Society/Council of the Americas (AS/COA) em parceria com a consultoria Control Risks e avalia a capacidade dos países de detectar, punir e prevenir a corrupção.

Em vez de medir percepção sobre os níveis de corrupção, o Índice CCC avalia e classifica países com base na eficácia com que podem combater a corrupção por meio de 14 variáveis, como a independência das instituições, a força do jornalismo investigativo e o nível de recursos disponíveis para combater crimes de colarinho branco. Os países com uma pontuação mais alta são considerados mais propensos a ver atores corruptos processados e punidos, enquanto a impunidade é mais provável em países na parte inferior da escala.

Em 2023, a pontuação mais alta no índice foi novamente do Uruguai, a despeito do segundo ano consecutivo de queda na nota do país. Na sequência, vieram Costa Rica, Chile, Peru, República Dominicana, Panamá, Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, México, Guatemala, Bolívia e Venezuela. Na comparação com 2022, o Brasil ultrapassou Colômbia e Equador.

"A pontuação do Brasil na categoria democracia e instituições políticas subiu, o que reflete uma capacidade de resistência após vários anos de tensões políticas. Na categoria capacidade legal, o país registrou melhora nas variáveis que avaliam a

independência e eficiência das agências de combate à corrupção e do Judiciário", destaca o relatório.

Segundo os autores do documento, as tentativas do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de influenciar politicamente investigações prejudicaram os esforços anticorrupção do país nos últimos anos. "É provável que esses órgãos de supervisão recuperem alguma autonomia no governo atual," ponderam.

Por outro lado, eles apontam que o maior revés no caso do Brasil se deu na variável que mede a qualidade dos processos legislativos e normativos: "Embora o Supremo Tribunal Federal tenha declarado inconstitucional a prática opaca do "orçamento secreto", as negociações entre os Poderes Executivo e Legislativo permanecem condicionadas ao fisiologismo."

Registrou-se uma queda da pontuação do Brasil na categoria "sociedade civil e mídia", uma vez que ambas acabaram se concentrando mais nas questões ligadas às instituições democráticas, à legitimidade do processo eleitoral de 2022 e aos ataques do dia 8 de janeiro.

O relatório cita alguns pontos de alerta. "Possíveis mudanças na lei que regula as nomeações políticas em empresas estatais e a intenção declarada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de não escolher o próximo procurador-geral de uma lista a ser apresentada pela Associação Nacional dos Procuradores da República [ANPR], uma tradição que Bolsonaro também não seguiu, ameaçam retroceder os avanços feitos pelo país no combate à corrupção", destaca o documento.

De acordo com Leandro Lima, analista sênior da Control Risks, uma tendência observada na América Latina, quando se comparamos os índices CCC de 2023 e 2022, é uma evidência menor da corrupção como tema-chave do debate público. "O Chile, por exemplo, é um país em que a segurança pública se estabeleceu como preocupação dominante, enquanto que no Brasil vemos agora um foco nas questões econômicas", disse ao Valor.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187586?page=1§ion=1>

STF ratifica pensão de 50% do benefício

Fernanda Strickland

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o cálculo da pensão por morte do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), estabelecido na reforma da Previdência de 2019, é constitucional.

De acordo com a regra em vigor, quem fica viúvo tem direito a receber 50% do benefício do segurado que morreu. A lei prevê ainda acréscimo de 10% por dependente, até o limite de 100%.

O corte de 50% no benefício herdado pelo cônjuge sobrevivente foi questionado na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.051, movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar).

Segundo a Contar, há prejuízo para a viúva do segurado que morreu antes de se aposentar, já que a pensão seria paga sobre o valor de uma aposentadoria simulada.

O julgamento do STF, feito de forma virtual, foi encerrado com oito votos a favor da tese de constitucionalidade defendida pelo ministro relator do caso, Luís Roberto Barroso.

Os ministros Dias Toffoli, André Mendonça, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Nunes Marques acompanharam o entendimento de Barroso. Os votos contrários foram de Rosa Weber e Edson Fachin, que apontaram pontos inconstitucionais nas novas regras.

Em seu relatório, o ministro Roberto Barroso aponta o déficit da Previdência, o aumento da expectativa de vida da população e a queda no número de filhos por mulher como fatores que justificaram a reforma da Previdência. Segundo ele, em 2017, o Brasil gastava 10% de seu Produto Interno Bruto (**PIB**) para pagar aposentadorias, pensões e demais benefícios, enquanto nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a média era de 8% do **PIB** em 2015. "Reformas na **Previdência Social** voltadas a combater o déficit produzem impactos macroeconômicos positivos que não podem ser ignorados", diz em parte do voto.

O advogado, especialista em direito do trabalho Bruno Minoru Okajima, ressaltou que aqueles que já recebiam pensões até a reforma da Previdência não tiveram nenhuma alteração. "Porém, os que passaram

a receber depois da reforma, realmente tiveram um certo prejuízo, porque o valor diminuiu. Só que a própria reforma diz que, no caso de uma nova legislação, fica garantido que a pessoa receba pelo menos um salário mínimo", afirmou. "Esse foi um dos argumentos do ministro Barroso, que foi o voto que prevaleceu." Já o advogado Denis Camargo Passerotti explicou que alterar os critérios de cálculo da pensão por morte, sobretudo nos regimes próprios de **previdência social**, provocou um decréscimo relevante, mas que isso não implica violação a alguma cláusula pétrea da Constituição, ou seja, não é inconstitucional.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/27/all.pdf>

Supremo decide que nova regra de pensão por morte é constitucional. Calculadora mostra como fica benefícios

Por O Globo - Rio

O cálculo da pensão por morte do **INSS** definido pela Reforma da Previdência de 2019 é constitucional decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF). O julgamento do processo, que vinha sendo analisado pelo plenário virtual da Corte, foi concluído na última sexta-feira.

A reforma criou redutores para cálculos de pensão por morte e ainda promoveu cortes no pagamento em caso de acúmulo de benefícios (pensão mais aposentadoria, por exemplo).

Pela regra atual, o pensionista recebe um valor correspondente a 50% da aposentadoria do falecido(a) - ou do benefício a que ele(a) teria direito se ainda não fosse aposentado(a) - mais 10% por dependente (considerando cônjuge ou companheiro também como dependente), desde que limitado a 100% (mesmo que tenha muitos herdeiros). Portanto, uma viúva sem filhos recebe, por exemplo, 60%.

A nova regra cria um segundo redutor para a pensão por morte, no caso de o pensionista acumular esse benefício com uma aposentadoria (fruto de seu próprio trabalho). Na prática, para uma família formada por um casal que paga o **INSS** pelo teto o rendimento somado de aposentadoria e pensão é até 30% menor em relação ao que teria direito pelas regras vigentes antes de 2019.

Clique aqui e simule qual será o valor do benefício final, considerando as novas regras para pensão e, também, os novos critérios para acúmulo de pensão e aposentadoria.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/06/supremo-decide-que-nova-regra-de-pensao-por-morte-e-constitucional-calculadora-mostra-como-fica-beneficios.ghtml>

Indenização trabalhista por dano moral pode ultrapassar teto da CLT, decide STF

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, em julgamento ocorrido na semana passada, que a indenização por dano moral trabalhista pode ultrapassar o limite previsto na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

A maioria dos ministros seguiu o entendimento do relator da ação, Gilmar Mendes. Segundo ele, os critérios da CLT são orientativos para fundamentar decisões judiciais relativas a essas questões.

O ministro, porém, acrescentou que é constitucional "o arbitramento judicial do dano em valores superiores aos limites máximos", quando "consideradas as circunstâncias do caso concreto e os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da igualdade".

O voto de Gilmar Mendes foi seguido pelos ministros Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso.

As ações foram apresentadas ao Supremo pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, pela OAB e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, e questionaram dispositivos inseridos na CLT pela reforma trabalhista de 2017.

Esses dispositivos preveem, por exemplo, para ofensas ao trabalhador "de natureza gravíssima" até 50 vezes o último salário contratual do ofendido. A quantia pode chegar ao dobro em caso de reincidência.

Para ofensas leves, a previsão é de até 3 vezes o último salário contratual do ofendido. Para ofensas médias, até 5 vezes, e, para graves, até 20 vezes.

O dano moral, para a CLT, é "ação ou omissão que ofenda a esfera moral ou existencial".

Em seu voto, Gilmar defendeu a constitucionalidade dos dispositivos questionados, mas frisou que os critérios são orientativos.

"Tais critérios, em especial o valor-referência do salário, não podem ser utilizados como "teto", sendo possível que o magistrado, diante das especificidades da situação concreta eventualmente, de forma

fundamentada, ultrapasse os limites quantitativos previstos", afirmou.

O ministro Edson Fachin divergiu e entendeu que os dispositivos questionados deveriam ser considerados inconstitucionais. A presidente do STF, Rosa Weber, seguiu o voto do ministro.

As ações foram julgadas no plenário virtual no Supremo, plataforma na qual os ministros depositam seus votos durante um determinado período de tempo. A sessão foi encerrada na sexta-feira (23).

Supremo valida cálculo que reduz a pensão por morte

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que o cálculo da pensão por morte do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) após a reforma da Previdência de 2019 é constitucional. Pela regra, quem fica viúvo tem direito a receber 50% do benefício do segurado que morreu, caso estivesse aposentado, ou da aposentadoria por invalidez a que o segurado teria direito, mais 10% a cada dependente, até o limite de 100%.

Uma viúva sem filhos, por exemplo, é considerada dependente do segurado e, por isso, recebe um valor mínimo de 60% sobre a aposentadoria do segurado que morreu ou de sua aposentadoria por invalidez, para mortes a partir de novembro de 2019, quando a reforma passou a valer.

A regra era questionada pela Contar (Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais) na ADI (ação direta de inconstitucionalidade) 7.051. Para a associação, há prejuízo para a viúva do segurado que morreu antes de se aposentar, já que a pensão seria paga sobre o valor de uma aposentadoria simulada.

O julgamento -realizado no plenário virtual- chegou ao final na sexta-feira (23). Por oito votos, venceu a tese da constitucionalidade defendida pelo ministro relator do caso, Luís Roberto Barroso. Votaram com ele os ministros Dias Toffoli, André Mendonça, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Nunes Marques.

A divergência havia sido aberta pelo ministro Edson Fachin, que já deu voto contrário ao de Barroso em

outras ações da reforma da Previdência. Para ele, há pontos inconstitucionais nas novas regras. Além de Fachin, Rosa Weber também julgou como inconstitucional o cálculo.

Em seu relatório, o ministro Roberto Barroso aponta o déficit da Previdência, o aumento da expectativa de vida da população e a queda no número de filhos por mulher como um dos fatores que reforçam a necessidade de fazer uma reforma, mudando as regras.

Segundo ele, em 2017, o Brasil gastava 10% de seu **PIB** para pagar aposentadorias, pensões e demais benefícios, enquanto os países da OC DE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) gastavam uma média de 8% do **PIB** ao ano em 2015.

"Reformas na **Previdência Social** voltadas a combater o déficit produzem impactos macroeconômicos positivos que não podem ser ignorados", diz em parte do texto.

Na decisão, o ministro afirma que o cálculo da pensão por morte na reforma da Previdência não é inconstitucional porque não desrespeitou nenhuma cláusula pétrea da Constituição nem o princípio da dignidade da pessoa humana. Para reforçar o entendimento, afirma que a emenda constitucional 103 garantiu que seja pago, no mínimo, o salário mínimo quando o cálculo da pensão resultar em valor menor.

Segundo a advogada Gisele Kravchychyn, diretora de atuação judicial do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) e conselheira da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a decisão encerra as discussões sobre o cálculo da pensão após a reforma.

"Na questão da inconstitucionalidade, o Supremo teria dado a posição final no sentido de que é constitucional esse novo formato de cálculo. Existem outras possibilidades de revisão, mas essa questão especificamente fica pacificada pelo Supremo já em ação direta de inconstitucionalidade", diz.

Antes da emenda constitucional 103, a pensão por morte correspondia a 100% do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de sua morte. Com a reforma, o benefício passou a ser por cota. Há uma cota familiar de 50% mais 10% por dependente.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50320&maxTouch=0&anchor=6479359&pd=ddebd090807513919c2105382af39bdd>

STF admite danos morais acima do teto da CLT

José Marques

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, em julgamento ocorrido na última semana, que a indenização por dano moral trabalhista pode ultrapassar o limite previsto na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

A maioria dos ministros seguiu o entendimento do relator da ação, Gilmar Mendes. Segundo ele, os critérios da CLT são orientativos para fundamentar decisões judiciais relativas a essas questões.

O ministro, porém, acrescentou que é constitucional "o arbitramento judicial do dano em valores superiores aos limites máximos", quando "consideradas as circunstâncias do caso concreto e os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da igualdade".

O voto de Gilmar Mendes foi seguido pelos ministros Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso. As ações foram apresentadas ao Supremo pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, pela OAB e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, e questionaram dispositivos inseridos na CLT pela reforma trabalhista de 2017.

Esses dispositivos preveem, por exemplo, para ofensas ao trabalhador "de natureza gravíssima" até 50 vezes o valor do limite máximo dos benefícios do Regime Geral da **Previdência Social**. A quantia pode chegar ao dobro em caso de reincidência. O dano moral, para a CLT, é "ação ou omissão que ofenda a esfera moral ou existencial"

ORIENTATIVOS

Em seu voto, Gilmar defendeu a constitucionalidade dos dispositivos questionados, mas frisou que os critérios são orientativos.

"Tais critérios, em especial o valor-referência do salário, não podem ser utilizados como 'teto', sendo possível que o magistrado, diante das especificidades da situação concreta eventualmente, de forma fundamentada, ultrapasse os limites quantitativos previstos", afirmou. O ministro Edson Fachin divergiu e entendeu que os dispositivos questionados deveriam

ser considerados inconstitucionais. A presidente do STF, Rosa Weber, seguiu o voto do ministro.

Incoerência na reforma da Previdência (Artigo)

FÁBIO SOUZA

A reforma da Previdência promovida pela Emenda Constitucional 103, de 2019, alterou profundamente os critérios de cálculo dos benefícios, especialmente das aposentadorias.

As modificações geraram uma situação incoerente, pois permitem que uma pessoa com incapacidade total e permanente receba um benefício inferior àquele a que teria direito caso sua incapacidade fosse parcial ou temporária.

De modo simplificado, as prestações devidas pelo **INSS** são calculadas pela aplicação de um percentual sobre a média de todos os salários de contribuição do segurado, considerados a partir de julho de 1994. No caso das aposentadorias, inclusive as por incapacidade permanente, a Emenda 103 estabeleceu percentual mínimo de 60%, que pode aumentar dependendo do tempo de contribuição.

Para as mulheres, o coeficiente fica restrito a esse valor mínimo até 15 anos de contribuição e, a partir daí, cada ano adicional gera um acréscimo de 2 pontos percentuais.

Desse modo, se a mulher se aposenta com 15 anos de contribuição, a aposentadoria será de 60% da média dos salários de contribuição.

Se tiver 16 anos de contribuição, o coeficiente aumenta para 62%; com 17 anos, vai a 64%; com 30 anos atinge 90% e assim sucessivamente. Nesse ritmo, o percentual de 100% é alcançado aos 35 anos de contribuição.

A aposentadoria dos homens é calculada com a mesma dinâmica, mas o percentual mínimo fica estagnado em 60% até 20 anos de contribuição, sendo acrescido de 2% a cada ano de contribuição adicional. Desse modo, o coeficiente de 100% é alcançado aos 40 anos de contribuição. Com 35 anos, o percentual ainda é 90%.

A reforma da Previdência, todavia, não alterou o coeficiente de cálculo de outros benefícios, como o auxílio por incapacidade temporária, cujo valor segue disciplinado pela lei de benefícios da Previdência (Lei 8.213/91), no percentual de 91% da média dos

salários de contribuição, independentemente do tempo de contribuição do segurado.

Desse modo, surge uma situação curiosa: o valor da aposentadoria por incapacidade permanente de uma mulher será superior ao auxílio por incapacidade temporária apenas quando ela tiver, no mínimo, 31 anos de contribuição. Para o homem, a aposentadoria supera o auxílio apenas quando tiver, no mínimo, 36 anos de contribuição.

Na prática, raríssimas vezes o valor da aposentadoria ultrapassará o auxílio.

A incoerência dessa situação é evidente, por gerar um resultado desproporcional, uma vez que o evento mais grave (incapacidade total e permanente) gera uma renda inferior ao mais leve (incapacidade parcial ou temporária), reduzindo a proteção social na situação em que o segurado mais precisa do amparo da Previdência.

O impacto dessa distorção normativa pode ser gigantesco na vida dos trabalhadores. Basta imaginar alguém com remuneração média de R\$ 5 mil que, aos 15 anos de contribuição, fica incapacitado para o trabalho. Se o **INSS** considera a incapacidade como temporária, o benefício devido é o auxílio, com valor de R\$ 4.550 (91%). Mas, se o problema de saúde for mais grave, a ponto de caracterizar uma incapacidade permanente, a aposentadoria será de apenas R\$ 3 mil (60%). Pior ainda: o auxílio por incapacidade temporária, depois de perícia administrativa, poderá ser convertido em aposentadoria quando ficar caracterizado um agravamento da incapacidade. Nesse caso, o segurado seria obrigado a trocar um benefício de 91% por outro de 60%, mesmo diante de uma situação ainda mais incapacitante.

É urgente um tratamento legislativo coerente para a matéria ou, subsidiariamente, uma interpretação judicial das normas atuais que restabeleça a proporcionalidade e não gere uma proteção insuficiente de quem está em situação de incapacidade.

O evento mais grave gera renda inferior ao mais leve, reduzindo a proteção quando o segurado mais precisa

Fábio Souza é juiz federal, professor da UFRJ e do

Instituto Connect de Direito Social

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Previdência consulta sobre regra de compensação

O Ministério da **Previdência Social** abriu consulta pública para atualizar e consolidar as regras de compensação financeira entre regimes previdenciários. É o que acontece, por exemplo, quando uma pessoa começa a contribuir no **INSS** e depois migra para um regime próprio de um município ou Estado, e vice-versa, ou quando começa contribuindo como servidor em um município ou Estado e muda para outro. O regime que concederá a aposentadoria não terá recebido a contribuição de todo o período laboral da pessoa, o que afetará seu caixa. Por isso, é compensado pelo regime de origem. O sistema é chamado de "Comprev".

A minuta de portaria colocada em consulta pública consolida as regras de abertura, análise, forma de cálculo e pagamento das compensações financeiras, além das regras de bloqueio. "A proposta de novo ato normativo é uma demanda antiga e que tem por objetivo revisar, atualizar e consolidar os atos normativos que envolvem a compensação financeira entre os regimes, proporcionando maior segurança jurídica e eficiência aos servidores operadores do sistema e prevendo a possibilidade de automação das análises dos requerimentos", diz o Ministério da Previdência, em nota.

A principal novidade da minuta, segundo especialistas, é a possibilidade de automação das análises dos pedidos de compensação, em especial quando o regime inicial de contribuição para aposentadoria de uma pessoa for o **INSS**. Milton Moreira Raimundo, fundador da Associação Paraibana de Previdência Pública e gestor de regime próprio, explica que, atualmente, o processo é manual e, em alguns casos, chega a demorar anos para que o pedido de compensação seja aprovado, devido à demora para análise.

"Quando for automatizado o principal documento para compensação, que é a CTC (Certidão de Tempo de Contribuição), vai ser a virada de chave", afirma Raimundo. A certidão é o documento em que o regime de origem (que recebeu a contribuição do segurado e não concedeu a aposentadoria) emite informando o período de contribuição do segurado.

"Há um estoque muito grande de compensações a receber pelos regimes próprios, em especial dos pequenos municípios", diz o vice-presidente do

Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Diego Cherulli. Ele também avalia que a automatização da análise pode contribuir positivamente para as finanças dos regimes próprios de Previdência. "A não compensação deixa o passivo no caixa do regime, prejudica os dados atuariais", afirma.

A portaria também traz outras novidades, segundo Cherulli. Entre elas, a possibilidade de fazer a compensação financeira entre os regimes próprios que estejam em extinção ou extintos e a regra de não compensação quando o pagamento de aposentadorias e pensões for via consórcios. Os consórcios são comuns entre regimes previdenciários de municípios menores.

A minuta também exclui da possibilidade de compensação aposentadorias compulsórias de magistrado concedidas com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. O texto ficará em consulta pública até meados de julho.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187586?page=1§ion=1>

Segunda parcela do 13º está sendo paga

Segunda parcela do 13º salário do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começou a ser paga aos aposentados e pensionistas nesta segunda-feira, 26. Para os beneficiários da **seguridade social** em Mato Grosso serão repassados R\$ 315 milhões referentes aos 50% do abono salarial. Por meio dos pagamentos das duas parcelas do 13º salário aos segurados da **Previdência Social** serão injetados R\$ 630 milhões na economia de Mato Grosso. O abono salarial foi antecipado e está sendo pago junto com o benefício do mês de junho, para segurados cujo penúltimo algarismo do Número de Identificação Social (NIS) é 1. A partir de hoje, 27, começam a ser depositados os créditos dos beneficiários cujo NIS termina no número 2, conforme o calendário do **INSS**. Beneficiários que ganham acima de um salário mínimo começarão a receber a partir de 3 de julho. Até lá, são priorizados aqueles que recebem até um salário mínimo. (SB)

Site: <https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/>

INSS começa a pagar 2- parcela do décimo-terceiro

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começou a pagar no dia de ontem a segunda parcela do 13º salário a aposentados e pensionistas que recebem o equivalente a até um salário mínimo (R\$ 1.320).

De acordo com informações do órgão, o benefício foi liberado antecipadamente, junto ao do mês de junho, para os segurados cujo penúltimo algarismo do Número de Identificação Social (NIS) é 1. A partir de hoje começam a ser depositados os créditos dos beneficiários cujo NIS, desconsiderando o último dígito, termina no número 2, e assim sucessivamente, conforme o calendário de pagamentos previamente divulgado pelo **INSS**.

Próximos Os beneficiários que ganham acima de um salário mínimo a título de aposentadoria, pensão ou de outros benefícios pagos pelo **INSS** começarão a receber o crédito a partir de 3/07.

O valor exato a que cada beneficiário faz jus pode ser consultado na página do **INSS** na internet ou por meio do aplicativo da autarquia.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_BFD44920C3214C7BA8CF5CD16ECB341108BBCE662C081906E47FE05CB7BDE352AB9228D5CCC6634EC581D1B9CD52688E1F49520CC46FFD8E684D304DEE1E4D1CBBEAF460C890B5994BA5DB86BAF5337B9143C33A1945A2C26DD3B8E528A0C621A0BB538CE5BD7AFCE6B886EB4A5F89FAE382760924649B8DB0F4C

Para equacionar os deficits previdenciários - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Entre os principais problemas que impedem o país de fazer a economia crescer a taxas adequadas se situa a falta de equacionamento previdenciário.

E o pior é que existe uma determinação constitucional recente para se atacar exatamente esse problema (Par.1º. do Art.9º. da EC 103/19), mas sem resposta à altura. Outro ponto que vale a pena enfatizar é que essa tarefa não é apenas da União, mas de todas as esferas de governo.

O fato é que o problema requer diagnóstico e solução que se estenda a todos.

Alguns pontos críticos podem ser explicitados aqui.

Equacionar é zerar os gigantescos deficits que existem nessa área. O conceito mais adequado para se usar é o de deficit atuarial, que é o valor presente dos deficits financeiros (isto é, despesas menos receitas) anuais, calculado a uma taxa de juros também adequada. Em vez de terem zerado, os deficits atuariais recentes de todos os entes são nada menos do que R\$ 890 bilhões nos municípios; 3,1 trilhões nos Estados e 1,3 trilhão na União. Dimensão chocante, não é? Daí ser tão difícil zerá-los.

A última reforma de regras aprovada pela União (2019) foi importante, mas teve o defeito de não valer automaticamente para todos os entes. Cada um teria de enfrentar a forte e tradicional oposição local, e aprovar a sua própria reforma.

Além de mudar regras, os entes têm de identificar e aportar ativos à previdência para ajudar a pagar a conta. Quando os deficits não são tão altos, uma contribuição extraordinária dos entes por um período relativamente (mas não tão) longo, para ser crível, poderia dar conta do recado final. Antes de passar a este, cabe mostrar o que nos atinge por não fazermos o ajuste certo.

O grande drama da falta de ajuste previdenciário é o esgotamento do espaço para investir em infraestrutura (ou em gastos discricionários em geral) que acaba ocorrendo. Do final dos anos 80 até há pouco, e quando medido em porcentagem do **PIB**, o investimento público em infraestrutura, desabou não

menos que 8,5 vezes. Enquanto isso, o privado ficava estagnado em torno de 1,1% do **PIB** em todo esse período. Ou seja, dane-se a infraestrutura brasileira, e, portanto, a recuperação da economia e dos empregos.

Assim, se não se fizer o que é necessário para completar o ajuste previdenciário, não é tão difícil prever como e quando os investimentos públicos acabarão sendo zerados (essa, sim, uma grande desgraça para todos nós), e que é algo não tão difícil de se projetar, dados os bons estudos atuariais que existem na internet. No meu Piauí, calculei, mais atrás, que zerariam em 2022. Em vez disso, graças a políticas corretas, o Estado pôde investir R\$ 1 bilhão. Mas mesmo lá ainda há muito o que fazer.

Diante disso, em adição às providências que citei anteriormente, para completar a tarefa do equacionamento previdenciário na grandessíssima maioria dos casos, falta transformar o regime atual em um regime equilibrado, e de uma tacada só.

Quando o deficit for muito alto, cabe separar os servidores em dois grupos: um com os que ingressaram antes (I), e o outro (II), com os que ingressarão após uma certa data de corte, digamos, hoje. A princípio, deve-se deixar de lado os servidores do grupo II, pois quando suas contribuições ingressarem após sua admissão, em tese elas serão aplicadas com vistas a lastrear os benefícios futuros associados ao mesmo grupo.

Quanto aos servidores existentes (grupo I), sua situação é bem mais complicada, e a próxima etapa do "jogo" passará a se concentrar ali. Nesse caso, as despesas com benefícios teriam de ser cobertas, enquanto houvesse recursos suficientes, pelas contribuições associadas àqueles.

Só que, diante dos altos desequilíbrios financeiros correntes que já devem existir, em face do esgotamento do antigo regime de "repartição simples", é de se prever que, por ali, esses deficits venham há muito subindo. E que, sem ajuste, tendam a crescer mais ainda no curto prazo, pois as receitas adicionais dos novos entrantes não mais socorrerão o grupo antigo, como costumava acontecer.

Denomina-se exatamente de "custo de transição" a perda associada à transição do regime antigo para o

novo.

Para lidar com tudo isso, a saída que hoje se costuma chamar de "transferência dinâmica de vidas" envolve, primeiro, transferir, gradativamente, a parcela dos mais velhos do grupo I - cujo custo corresponda exatamente ao valor aplicado com base nas contribuições dos novos no fundo II - para este, a ser coberta exatamente pelas contribuições dos novos servidores, reduzindo-se consideravelmente o "custo de transição". Para fechar a tarefa, cabe promover a compensação da perda destas, vinculando, gradativamente à frente, uma nova receita relevante à previdência, como a do Imposto de Renda Retido na Fonte dos Servidores, para fechar a conta de lastreamento dos pagamentos de benefícios dos participantes do grupo II.

Para concluir, outros ativos que devem ser aportados são imóveis, geralmente mal administrados pelo setor público, e que poderão gerar importantes receitas para a segregação dinâmica, se monetizados adequadamente, via fundo de investimento, de acordo com as regras da CVM, do CMN e do próprio Ministério da Previdência.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/27/all.pdf>

Remuneração mínima e INSS, o que muda ao regulamentar apps?

JULIANA CAUSIN

Uma das promessas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha, a regulamentação dos serviços por aplicativos, começou a andar no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com as primeiras reuniões do Grupo de trabalho (GT) para criar o marco legal para o setor.

A criação de uma remuneração mínima para a classe e de novas normativas para saúde dos trabalhadores dominou as primeiras duas reuniões do comitê.

Dividido em dois subgrupos, um com motoristas de aplicativo e outro com entregadores de mercadorias, o grupo de trabalho reúne representantes de empresas, governo e trabalhadores.

A expectativa do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, é concluir uma proposta no segundo semestre.

Uma série de reuniões do GT foi marcada até setembro.

Procurado pela reportagem, o MTE decidiu não comentar.

TEMPO DE JORNADA

As maiores empresas do setor, incluindo iFood, Uber, Buser, 99 e Amazon, apresentaram um documento com nove itens de propostas para a regulamentação, incluindo a criação de remuneração mínima, a inserção da categoria no sistema previdenciário, o limite de jornada diária nos apps e a contratação de seguros contra acidentes complementares à **seguridade social**.

O pacote de propostas, formulado pela Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), indica que os motoristas e entregadores devem receber o equivalente ao salário mínimo nacional de forma proporcional ao "tempo efetivamente e comprovadamente trabalhado".

Essa é uma das primeiras divergências do empresariado com os trabalhadores.

Enquanto os aplicativos consideram o tempo de

jornada aquele em que os entregadores e motoristas estão prestando os serviços, a categoria defende que deveria ser contabilizado o tempo em que o trabalhador está disponível no aplicativo, entre login e logout.

André Porto, diretor executivo da Amobitec, diz que as sugestões da bancada empresarial são "principiológicas" e que agora o comitê deve desenhar de forma conjunta uma metodologia para definir pontos mais específicos do texto -como o cálculo do piso para os trabalhadores e uma forma de recolhimento para o **INSS**: - A remuneração é um ponto que a gente precisa se debruçar para entender o que é viável de ser feito e como estabelecer parâmetros com base na realidade. As discussões apenas começaram.

Além da Amobitec, participam do GT a Associação Latino-Americana de Internet, a Câmara Brasileira de Economia Digital e o Movimento Inovação Digital (IMD), que tem, entre os associados, mais de 900 empresas regionais de motoristas e entregadores.

Para o empresariado, um dos desafios do debate regulatório nas próximas reuniões será chegar a um consenso sobre as propostas patronais. A preocupação das plataformas de menor porte é que uma nova legislação trave a operação de aplicativos menores e gere uma concentração do mercado nas grandes empresas.

Para representantes dos trabalhadores, as propostas apresentadas pelas grandes plataformas na última semana são insuficientes. Segundo fontes, a reunião com os entregadores de aplicativo, que aconteceu na última quarta-feira, foi especialmente acalorada.

VALOR MÍNIMO DA CORRIDA

Entre as críticas ao documento, a categoria cita a falta de medidas de saúde complementares a um seguro e aponta que outros itens apresentados são "vagos". Os representantes dos trabalhadores defendem ainda que o cálculo de remuneração mínima leve em consideração os gastos associados às entregas e transportes, inclusive com custeio de itens de segurança.

-A categoria precisa que sejam vistas todas as

situações em saúde, segurança e remuneração - diz Edgar Francisco da Silva, presidente da Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil (AMABR) e um dos fundadores da Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativos (ANEA), que participou do encontro do GT.

Em 12 itens, as reivindicações das centrais incluem valor mínimo por corrida, paradas extras e taxas para cancelamentos realizados pelos usuários, além de transparência nos critérios relacionados à remuneração e filiação dos trabalhadores ao regime geral de Previdência, com recolhimento patronal.

Segundo o diretor executivo da Amobitec, as empresas estão dispostas a discutir "quase todos os pontos" da carta entregue ao grupo, desde que se leve em consideração que é preciso criar nova regulamentação e que as leis atuais não dão conta da "dinâmica atual de trabalho por aplicativo".

O modelo da legislação para regular o trabalho por aplicativo deve ser outro embate. A proposta das centrais sindicais prevê "vínculo de trabalho definido conforme legislação atual" e reivindica que as condições de trabalho devem seguir definições previstas na CLT, com demais regulamentações definidas em negociação coletiva.

Os apps consideram que a criação de uma nova legislação é um dos pontos centrais para o debate avançar. "É fundamental a aprovação de uma legislação nova que seja condizente com a realidade e as particularidades do trabalho intermediado por plataformas tecnológicas", diz documento do iFood, Uber e outras.

-A gente precisa garantir segurança jurídica não só para continuar operando, mas para continuar crescendo como negócio -defende João Sabino, diretor de Políticas Públicas do iFood.

Criado por decreto em 1º de maio, o grupo conta, entre representantes do governo, com o ex-ministro Gilberto Carvalho, secretário de Economia Solidária do MTE e com Francisco Macena da Silva, secretário- executivo da pasta. Os trabalhos do comitê para criar a regulamentação acontecerão por 150 dias, prorrogáveis pelo mesmo período.

*

"A categoria precisa que sejam vistas todas as situações em saúde, segurança e remuneração"

Edgar Francisco da Silva, presidente da AMABR, de motofretistas

"A gente precisa garantir segurança jurídica não só para continuar operando, mas para continuar crescendo como negócio"

João Sabino, diretor de Políticas Públicas do iFood

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Remuneração mínima, INSS e seguros complementares: o que está em jogo na regulamentação dos apps

Por Juliana Causin - São Paulo

Uma das promessas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha eleitoral, a regulamentação dos serviços por aplicativos, começou a andar no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com as primeiras reuniões do Grupo de Trabalho designado para criar o marco legal para o setor.

A criação de uma remuneração mínima para a classe e de novas normativas para saúde dos trabalhadores dominou as primeiras duas reuniões do comitê. Dividido em dois subgrupos, um com motoristas de aplicativo e outro com entregadores de mercadorias, o Grupo de Trabalho reúne representantes das empresas, do governo e dos trabalhadores.

A expectativa do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, é concluir uma proposta até o início do segundo semestre do ano. Uma série de reuniões do GT foi marcada até setembro. Procurado pela reportagem, o MTE decidiu não se pronunciar.

As maiores empresas do setor, incluindo iFood, Uber, Buser, 99 e Amazon, apresentaram um documento com nove itens de propostas para a regulamentação, incluindo a criação de uma remuneração mínima, a inserção da categoria no sistema previdenciário, o limite de jornada diária nos apps e a contratação de seguros contra acidentes complementares a **seguridade social**.

O pacote de propostas, formulado pela Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), indica que os motoristas e entregadores devem receber o equivalente ao salário mínimo nacional de forma proporcional ao tempo efetivamente e comprovadamente trabalhado. Essa é uma das primeiras divergências do empresariado com os trabalhadores.

Enquanto os aplicativos consideram o tempo de jornada aquele em que os entregadores e motoristas estão prestando os serviços, a categoria defende que deveria ser contabilizado o tempo em que o trabalhador está disponível no aplicativo, entre o login e logout.

André Porto, diretor executivo da Amobitec, diz que as sugestões da bancada empresarial são principiologicamente e que agora o comitê deve desenhar de forma conjunta uma metodologia para definir pontos mais específicos do texto - como o cálculo do piso para os trabalhadores e forma como o recolhimento para o **INSS** aconteceria.

- A remuneração é um ponto que a gente precisa se debruçar para entender o que é viável de ser feito e como estabelecer parâmetros com base na realidade. As discussões apenas começaram. Nosso objetivo é alinhar as propostas e ver o que temos em comum para avançar.

Além da Amobitec, participam do grupo de trabalho também a Associação Latino-Americana de Internet, a Câmara Brasileira da Economia Digital e o Movimento Inovacão Digital (IMD), que tem, entre os associados, mais de 900 pequenas empresas regionais de motoristas e entregadores.

Para o empresariado, um dos desafios do debate regulatório nas próximas reuniões será chegar a um consenso sobre as propostas patronais. A preocupação das plataformas de menor porte é que uma nova legislação trave a operação de aplicativos menores e gere uma concentração do mercado nas grandes empresas.

Para representantes dos trabalhadores, as propostas apresentadas pelas grandes plataformas são insuficientes. Conforme apurou O GLOBO, a reunião com os entregadores de aplicativo, que aconteceu na última quarta-feira, foi especialmente acalorada.

Entre as críticas ao documento, a categoria cita a falta de medidas de saúde complementares a um seguro e aponta que outros itens apresentados são vagos. Os representantes dos trabalhadores defendem ainda que o cálculo de remuneração mínima leve em consideração os gastos associados às entregas e transportes, inclusive com custeio de itens de segurança.

- Da forma como eles colocaram aqui, não tem o que a

gente quer. A categoria precisa que se veja todas as situações em saúde, segurança e remuneração - diz Edgar Francisco da Silva, presidente da Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil (AMABR) e um dos fundadores da Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativos (ANEA), que participou do encontro do GT.

Em 12 itens, as reivindicações das centrais sindicais incluem valor mínimo por corrida, paradas extras e taxas para cancelamentos realizados pelos usuários dos serviços, além de transparência nos critérios relacionados à remuneração e filiação dos trabalhadores ao regime geral de previdência, com recolhimento patronal.

Segundo o diretor executivo da Amobitec, as empresas estão dispostas a discutir quase todos os pontos da carta entregue ao grupo, desde que se leve em consideração que é preciso criar uma nova regulamentação e que as leis atuais não dão conta da dinâmica atual de trabalho por aplicativo .

O modelo da legislação para a regular do trabalho por aplicativo deve ser outro embate a ser travado nas discussões do grupo daqui para frente. A proposta das centrais sindicais prevê vínculo de trabalho definido conforme legislação atual e reivindica que as condições de trabalho devem seguir as definições previstas na CLT, com demais regulamentações definidas em negociação coletiva.

Os grandes apps consideram que a criação de uma nova legislação é um dos pontos centrais para o debate avançar. É fundamental a aprovação de uma legislação nova que seja condizente com a realidade e as particularidades do trabalho intermediado por plataformas tecnológicas , diz documento do iFood, Uber e outras.

- A gente precisa garantir uma segurança jurídica não só para a gente continuar operando, mas para a gente continuar crescendo como negócio - defende João Sabino, diretor de Políticas Públicas do iFood.

Estabelecido por decreto no dia 1º de maio, o grupo conta, entre os representantes do governo, com o ex-ministro Gilberto Carvalho, secretário de Economia Solidária do MTE e com Francisco Macena da Silva, secretário-executivo da pasta. Os trabalhos do comitê para estabelecer a regulamentação vão acontecer durante 150 dias, prorrogáveis pelo mesmo período.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/06/remuneracao-minima-inss-e-seguros-complementares-o-que-esta-em-jogo-na-regulamentacao-dos-apps.ghtml>

Reforma vai mexer com o bolso dos consumidores

Francine Spinassé Verônica Aguiar

MUDANÇAS NOS IMPOSTOS

Na busca por simplificar o modelo de tributação brasileiro, a **reforma tributária**, em debate na Câmara Federal, deve mudar a cobrança de **impostos** e mexer no bolso do consumidor.

Para especialistas e representantes de setores, entre as preocupações está a possibilidade de aumento da carga tributária para o setor de serviços. Com isso, é possível ter aumento para contratar profissionais como um advogado, arquiteto, dentista, entre outros.

Outra expectativa é aumento da carga para produtos considerados prejudiciais à saúde, como cigarro, bebidas alcoólicas e ainda outros alimentos considerados ultra processados.

O advogado especialista em Direito Tributário, Sa-mir Nemer, afirmou que apesar do avanço trazido pelo texto da reforma, um dos pontos que ainda precisam de análise é o do setor de serviços. "É o setor que mais emprega no País, com uma carga tributária atual variando de 8,5% a 10%. Se nada for mudado, o setor sairá desse patamar para 25%, que seria a alíquota cheia estimada".

Para ele, esse aumento de quase 200% para quem presta serviço é inviável. "O profissional não tem condição de absorver todo o aumento ou passar para o cliente".

Outro setor que chama a atenção, segundo ele, é o agronegócio, que tem hoje uma tributação em torno de 8,25%. "Se nada for feito, a carga ficaria em torno também dos 25%. Mas a discussão do setor já está encaminhada", afirmou o especialista.

O texto atual da reforma também traz a criação de imposto seletivo para alguns produtos. O objetivo dos legisladores é desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde, como tabaco e bebida alcoólica.

Em meio a críticas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, saiu em defesa dos **impostos** que incidem sobre o consumo.

Ele afirmou que o texto dará um impacto

"extraordinário" na produtividade brasileira e que estamos "às vésperas de uma oportunidade que há muito tempo não se via". Ele ainda citou que um economista chegou a falar que "pode ser o novo Plano Real do Brasil".

HADDAD disse estar confiante na aprovação da **reforma tributária** e afirmou que ela pode ser "o novo Plano Real"

Alívio da folha de pagamento das empresas vira impasse

Um novo impasse tem surgido no caminho da **reforma tributária**, e desta vez tem a ver com dispositivo previsto pelo relator do texto na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), determinando que o aumento previsto de arrecadação com a reforma voltada para **impostos** sobre a renda e o patrimônio será usado para aliviar a folha de salários.

O tema só deve entrar em pauta no segundo semestre, mas tributaristas e representantes de setores defendem que a **reforma tributária** tem de estar acompanhada de uma redução da contribuição pre-videnciária que incide sobre a folha. A medida passou a ser chamada de "Na volta, mamãe compra".

A PEC em tramitação no Congresso corresponde à primeira fase da **reforma tributária**, que trata dos **impostos** que incidem sobre o consumo, como o ICMS (dos Estados), ISS (dos municípios), PIS/Cofins e IPI (do governo federal).

Já a reforma da renda corresponderia a uma segunda etapa, prevista para depois de julho.

SAIBA MAIS

Reforma Tributária

INSTITUÍDO no ano de 1966, o modelo brasileiro de tributação vive hoje um desajuste entre a legislação e a realidade produtiva e econômica.

PARA ESPECIALISTAS, issogera um ambiente de negócios desfavorável, perda de competitividade e insegurança jurídica.

HÁ MAIS DE 20 ANOS, O Brasil vive sucessivas

tentativas de reforma na esperança de simplificar o sistema tributário.

Como está a discussão

O RELATOR da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro, apresentou na última semana um novo texto da reforma, que deve ser votado em julho.

O TEXTO SERÁ votado diretamente no Plenário da Câmara. Depois, precisa do aval do Senado.

ATUALMENTE, se discute a primeira parte da reforma, que vai tratar dos **impostos** cobrados sobre o consumo. A tributação da renda será objeto de uma segunda etapa da reforma que, pelos planos do governo, deverá ser discutida no segundo semestre.

Principais pontos

1 **Tributos** unificados

NA NOVA PROPOSTA é criar o Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA). Dessa forma, cinco **tributos** que existem hoje seriam substituídos por dois IVAs - por isso, esse modelo é chamado de IVA dual.

CONTRIBUIÇÃO SOBRE

BENS E SERVIÇOS (CBS)

ESTE TRIBUTO unificará o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins).

NO MODELO DUAL, a União define a alíquota da CBS.

IMPOSTO SOBRE BENS

E SERVIÇOS (IBS)

ESTE TRIBUTO unificará o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS).

FICARIA a cargo dos estados e municípios a definição da alíquota. Em relação aos **tributos** locais, a diferença será que os governos estaduais e as prefeituras terão de concordar com uma alíquota única.

2 Alíquotas

IMPOSTO SOBRE VALOR ADICIONADO (IVA) dual terá uma alíquota única como regra geral. Porém, alguns setores terão redução de 50% nesta alíquota e,

para outros, ela será ze-rada.

O TEXTO DA PEC não indica quais serão as alíquotas definitivas de cada um dos **impostos**. Isso será definido depois, via lei complementar, e vai depender de cálculos feitos pelo Ministério da Fazenda.

ESPECIALISTAS já estimaram que a alíquota do futuro IVA, necessária para manter a carga tributária, seria de 25%.

ALÍQUOTAS REDUZIDAS

TERÃO ALÍQUOTA reduzida, de 50% do total, as seguintes atividades:

TRANSPORTE PÚBLICO coletivo urbano ou semiurbano;

ALIMENTOS e produtos de higiene da cesta básica;

MEDICAMENTOS e dispositivos médicos;

SERVIÇOS DE SAÚDE;

SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO;

PRODUTOS e insumos agropecuários, pesqueiros ou extrativistas;

ATIVIDADES ARTÍSTICAS e culturais

nacionais.

AIDEIA É QUE esses produtos e serviços paguem metade do valor da alíquota geral - que será definida.

NÃO PAGARÃO IMPOSTO

(ALÍQUOTA ZERADA)

ALGUNS MEDICAMENTOS especiais, como os para tratamento de câncer;

SERVIÇOS de educação superior no âmbito do Prouni;

PEQUENOS PRODUTORES agropecuários sob certas condições. Há possibilidade de produtores rurais que atuam como pessoas físicas e tenham receita anual de até R\$ 2 milhões ficarem isentos.

IMPOSTO SELETIVO (ALÍQUOTA

MAIOR)

CIGARROS;

BEBIDAS alcoólicas;

PRODUTOS prejudiciais ao meio ambiente, com possibilidade de ser estendido para alimentos e bebidas ricos em açúcar.

COMO ESSA listagem ainda não foi definida, não se sabe ao certo quais seriam esses alimentos e o que entraria nessa lista.

O OBJETIVO da legislação é que, com a alíquota maior, haja um desestímulo ao uso dos produtos prejudiciais.

MOVIMENTO no plenário da Câmara, que pode votar a proposta já na semana que vem

Reforma tributária: necessidade e obstáculos

(2) (Artigo)

MARCUS PESTANA

MARCUS PESTANA

FOI DEPUTADO FEDERAL E ESTADUAL E PRESIDENTE DO PSDB DE MINAS GERAIS

Qualquer mudança no sistema tributário embute um conflito distributivo entre segmentos sociais, econômicos e esferas de governo. Uns perdem, outros ganham.

O ideal seria que Adão e Eva, nas origens do mundo, desenhassem o futuro sistema tributário ideal, justo e eficiente. Ainda assim, a serpente poderia atrapalhar. O desafio de promover uma **reforma tributária** em uma economia em pleno funcionamento assemelha-se a tarefa de mudar o pneu da bicicleta com ela andando.

No discurso, todos são a favor da **reforma tributária** já que o nosso sistema é reconhecidamente um dos piores do mundo: a carga de quase 34% é alta, o sistema pune os mais pobres e a burocracia e os conflitos jurídicos atazanam a vida dos empreendedores. Conclusão óbvia: precisamos mudar!

A carga tributária é a materialização do poder do Estado de extrair compulsoriamente uma parte da renda gerada pela população. Na Dinamarca e França, são 46% do **PIB**. Na Suécia, 44%. Na Itália e Bélgica, 43%. Aqui são 34%. O mesmo que Reino Unido e Portugal. Nos EUA, a carga é menor, 27%. Tudo é relativo. Depende do modelo de intervenção do Estado, da avaliação social sobre o retorno e das decisões democráticas sobre tributação. A percepção majoritária no Brasil é que é muito imposto para pouco retorno, apesar de termos SUS, Bolsa Família, BPC, **Previdência Social** robusta e educação pública gratuita.

Na justiça social, reside o pior problema. Diferente dos países desenvolvidos que têm seus sistemas ancorados nos **impostos** sobre a renda e o patrimônio, onde é possível os ricos pagarem mais que os pobres, aqui temos o centro da tributação nos **impostos** sobre o consumo, onde os **impostos** não distinguem pobres e ricos, e se opera o Robin Hood às avessas.

No aspecto da complexidade, disfuncionalidade e insegurança jurídica, basta ver que o nosso contencioso tributário em discussão equivale a 75% do **PIB** e nos EUA a menos que 1%. Um dirigente de uma grande empresa multinacional me disse, certa vez, que faturavam mais no México do que no Brasil, no entanto, lá tinham 5 advogados, aqui 50 profissionais.

O relator da **reforma tributária**, o experiente deputado Aguinaldo Ribeiro, apresentou o projeto detalhado nesta semana. O centro é a criação do IVA brasileiro, substituindo 5 **impostos** sobre consumo. Não se propõe mexer na tributação da renda e do patrimônio. E é aí que começa a encrenca. No detalhe e no conflito de interesses. Não é possível fazer omelete sem quebrar os ovos. E é difícil produzir uma reforma absolutamente neutra do ponto de vista distributivo.

O relator garante que não haverá aumento da carga tributária. A sociedade olha desconfiada. Os prefeitos das grandes cidades não querem perder o ISS. Os governadores acusam perdas significativas de receitas e poder. Os setores de serviço e do agronegócio propalam aumento astronômico de carga tributária setorial. Alíquota única como IVAs criados mais recentemente ou alíquotas diferenciadas como na Europa? Favorecer os pobres já na tributação ou depois, na priorização das despesas orçamentárias?

São questões complexas e ninguém quer trocar sacrifício presente por suposto benefício futuro. Mas, precisamos ter claro: a mudança é necessária. Da capacidade de negociação e diálogo dependerá o sucesso ou o fracasso da imprescindível e inadiável **reforma tributária**.

Haddad minimiza perdas para estados

Rafaela Gonçalves

Em meio a críticas de setores produtivos e governadores ao texto preliminar da **reforma tributária**, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu o substitutivo apresentado na semana passada pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e disse estar confiante na aprovação do texto pela Câmara dos Deputados.

O ministro afirmou que um dos pontos fortes da proposta é a transição lenta, que, de acordo com ele, fará com que o impacto seja diluído e nenhum ente federativo tenha perda de receitas no curto prazo.

"Os impactos da **reforma tributária** são muito diluídos no tempo. Isso é uma virtude da reforma, porque, ao diluir no tempo, ninguém está pensando no próprio umbigo, mas no que é melhor para o país. Não se pode falar em concessão, tem que se falar em busca de equilíbrio.

Vai ter uma dança de cadeiras aí, todo mundo vai sair de onde está e vai para outro lugar", disse Haddad.

Questionado sobre o impasse com os governadores em relação ao valor e a divisão dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), Haddad disse que é preciso "buscar equilíbrio". Funcionando como uma compensação às eventuais perdas com o novo regime tributário, o fundo tem o objetivo de distribuir recursos mediante critérios para a redução de desigualdades regionais e o estímulo ao desenvolvimento e geração de emprego e renda.

Os governadores reivindicam R\$ 75 bilhões no fim do período de transição, definido para o ano de 2029, enquanto a União propõe R\$ 40 bilhões. Os parlamentares buscam um meio-termo para aprovar o texto. A proposta do governo é que se inicie a transição em 2025 com R\$ 8,25 bilhões e que o valor aumente, ano a ano, até chegar a R\$ 40 bilhões em 2029.

"Temos que buscar um equilíbrio.

Não adianta eu resolver o meu problema de curto prazo e quem estiver no meu lugar daqui a cinco anos não conseguir cumprir. Ninguém sabe o dia de amanhã. Amanhã um governador pode ser presidente da República.

Ele tem que saber que precisa cumprir a emenda

constitucional", declarou o ministro.

Os governadores têm engrossado o coro de críticas à reforma.

Além do impasse sobre o fundo, há divergências sobre a cobrança no destino, ou seja, no local da venda final. Estados exportadores, como Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, se articulam contra a alternativa sem que haja compensação para a perda de receita.

Perguntado se poderiam ser feitas novas concessões para garantir vantagens ao setor produtivo ou aos governadores, Haddad afirmou que isso não deve acontecer. Ele definiu ainda as críticas do setor de serviços como "normais". Mesmo com algumas alíquotas diferenciadas, o segmento demonstrou insatisfação com o texto. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o aumento da carga tributária pode chegar a 261% para alguns segmentos.

Para o ministro, a reforma deve gerar forte impacto positivo na produtividade da economia.

"Vai vencer o debate sobre insegurança jurídica que temos hoje. Vai pacificar a guerra fiscal que já produziu os piores resultados para a Federação, ninguém ganhou, todo mundo perdeu", disse.

Em referência à previsão de votação do texto na Câmara, esperada para a primeira semana de julho, Haddad afirmou que "estamos às vésperas de uma oportunidade que há muito tempo não se via no Brasil". "Teve um economista que chegou a falar que [a reforma] pode ser o novo Plano Real do Brasil", destacou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/27/all.pdf>

Desoneração da folha vira novo impasse em reforma tributária

ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Um novo impasse surgiu no caminho da **reforma tributária**, e desta vez tem a ver com dispositivo previsto pelo relator do texto na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), determinando que o aumento previsto de arrecadação com a reforma da renda (tema que só deve entrar em pauta no segundo semestre) será usado para a desoneração da folha de salários. Entre tributaristas e representantes de setores que defendem que a **reforma tributária** tem de estar acompanhada de uma redução da contribuição previdenciária que incide sobre a folha, a medida passou a ser chamada de "na volta, mamãe compra".

A PEC em tramitação no Congresso corresponde à primeira fase da **reforma tributária**, que trata dos **impostos** que incidem sobre o consumo, como o ICMS (dos Estados), ISS (dos municípios), PIS/Cofins e IPI (do governo federal). Já a reforma da renda corresponderia a uma segunda etapa, prevista para depois de julho.

"É igual quando a mãe vai ao shopping, a criança pede um negócio e ela fala: na volta, a mamãe compra", diz o tributarista Luiz Bichara, sócio da Bichara Advogados, que questiona a eficácia do dispositivo.

A proposta incluída no texto, que faz um aceno à frente, é uma tentativa do relator de enfrentar resistências à reforma, sobretudo das empresas do setor de serviços, que alegam que vão ter aumento de carga tributária.

"PAGAR A CONTA".

Grande empregador, o setor de serviços defende há anos a volta de tributo nos moldes da antiga CPMF para financiar a desoneração da folha de salários das empresas. Em outra frente, 17 setores já beneficiados pela desoneração pressionam para que a Câmara conclua a votação de projeto que prorroga o benefício até 2027.

O presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese, defende a renovação do benefício e sua ampliação.

"Temos feito um trabalho para que haja uma

desoneração total do serviço como um todo, e não só para os 17 setores", diz. Segundo ele, a **reforma tributária** não será completa se não existir a desoneração da folha de pagamentos. "Do contrário, o setor de serviços vai pagar a conta sozinho com a proposta do IVA (Imposto sobre Valor Agregado)", critica.

O relator incluiu no seu parecer um comando constitucional obrigando que a proposta de reforma da renda seja enviada pelo governo Lula no prazo de 180 dias após a promulgação da primeira etapa da **reforma tributária**. O secretário extraordinário de **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, já disse que o início da desoneração será discutida junto com a proposta de reforma da renda, mas não entra em detalhes.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Não adianta só resolver o curto prazo", afirma Haddad

AMANDA PUPO EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que não adianta nada fazer uma **reforma tributária** abrindo concessões para destravar impasses de curto prazo em nome da aprovação do texto no Congresso, porque isso pode colocar em risco o cumprimento do novo sistema no futuro.

A avaliação foi feita após Haddad ser questionado sobre o pleito de governadores em torno do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

Enquanto a Fazenda aceita repassar até R\$ 40 bilhões para o fundo - que vai compensar Estados e municípios pelo fim da chamada guerra fiscal -, os governadores pleiteiam uma cifra maior, de pelo menos R\$ 75 bilhões. O ministro disse que "ninguém sabe o dia de amanhã" e que um político que hoje é governador poderá ter de encarar essa questão em cinco anos, num cenário hipotético em que seja eleito presidente da República.

"Na reta final, todo mundo vai se manifestar, mas a gente tem de saber que tem um equilíbrio a ser... Não adianta eu resolver meu problema de curto prazo, que é aprovar a reforma, e quem estiver no meu lugar daqui a cinco anos não conseguir cumprir. Temos de fazer uma coisa que todo mundo, independentemente de onde esteja, consiga cumprir. Ninguém sabe o dia de amanhã, então, amanhã governador é presidente da República, ele tem de saber que vai ter de cumprir essa emenda constitucional (da **reforma tributária**), não pode facilitar", disse Haddad.

Questionado sobre "concessões" em nome das negociações da proposta nesta reta final, o ministro da Fazenda rejeitou a ideia e avaliou que, uma vez que os impactos da reforma serão diluídos ao longo do tempo, "ninguém está pensando no próprio umbigo".

"Não tem concessão, eu vou explicar o porquê: não tem impacto agora, os impactos são muito diluídos no tempo. Isso é uma virtude, porque, ao diluir no tempo, ninguém está pensando no próprio umbigo, todo mundo pensando no que é melhor para o País. Então, não pode se falar em concessão, tem de se falar em busca de equilíbrio, ninguém vai ser governador, ministro, vai ter uma dança de cadeiras", respondeu.

CESTA BÁSICA.

Ainda sobre as divergências em torno do modelo de tributação de itens da cesta básica, Haddad afirmou que, em reta final de negociações complexas, todos irão se manifestar. "Isso é normal. Em reta final de negociação complexa, todo mundo se manifestando.

Mas você tem ali colegiado representativo do povo, da federação, e vai ter uma conclusão do processo, estou muito confiante", disse.

A adoção de uma alíquota reduzida (equivalente a 50% da alíquota "cheia") para os produtos da cesta básica, prevista no texto divulgado pelo relator da **reforma tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PPPB), provocou críticas do setor supermercadista, que prevê aumento da carga tributária que incide sobre os alimentos. Hoje, os produtos da cesta são isentos de **tributos** federais.

O presidente da Associação Brasileira dos Supermercados (Abras), João Galassi, afirma que a entidade começou a fazer contas para saber qual será o impacto da medida, e defende que a votação do texto seja adiada para agosto.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad: reforma será discutida após volta de Lira

WELLTON MÁXIMO Agência Brasil, Brasília

A **reforma tributária** será negociada após o retorno do presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira de viagem, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, o governo quer aprovar um tema complexo com o maior número de votos possível.

"Não queremos votar essa PEC [proposta de emenda à Constituição] com apenas 308 votos. Queremos votar com bastante apoio porque é uma coisa para a sociedade, para o Brasil. É uma transição lenta, mas que aponta na direção correta. Então temos muito trabalho pela frente", disse o ministro ao retornar do Palácio do Planalto, no início da noite.

Até amanhã, Lira estará em Portugal, onde participa de um fórum de debates sobre a política e a economia brasileiras. Na semana passada, Lira afirmou que pretende fazer um esforço concentrado e votar, na próxima semana, a **reforma tributária**, o novo arcabouço fiscal e as mudanças no sistema de votação do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, tribunal administrativo da **Receita Federal**.

No meio da tarde, Haddad foi convocado pelo presidente Lula para reuniões no Palácio do Planalto. O ministro informou ter se encontrado com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, para discutir questões relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, para tratar da versão do Plano Safra voltada a agricultores familiares.

Pela manhã, o ministro havia declarado que estava confiante na aprovação da **reforma tributária** e descartou novas concessões, argumentando que a reforma tem o impacto diluído no tempo. Pelo relatório apresentado na última quinta-feira, haverá oito anos de transição para a adoção do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e 50 anos de transição da mudança da cobrança do tributo no destino (local onde é comprada a mercadoria).

"Em reta final de uma negociação complexa, é todo mundo se manifestando. Mas você tem ali um colegiado representativo do povo, representativo da

Federação, da Câmara e do Senado. E você vai ter uma conclusão do processo. Estou muito confiante", declarou o ministro.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_BFD44920C3214C7BA8CF5CD16ECB341108BBCE662C081906E47FE05CB7BDE352AB9228D5CCC6634EC581D1B9CD52688E1F49520CC46FFD8E684D304DEE1E4D1CBBEAF460C890B5994BA5DB86BAF5337B9143C33A1945A2C26DD3B8E528A0C621A0BB538CE5BD7AFCE6B886EB4A5F89FAE382760924649B8DB0F4C

"Sistema gera contencioso, ineficiência e desigualdade"

CÁSSIA ALMEIDA

Marcos Lisboa / ECONOMISTA

O ex-secretário de Política Econômica afirma que deveriam ser respeitados os princípios básicos de um regime tributário: quem ganha mais paga mais e a carga tributária não pode interferir nas escolhas das empresas

O economista Marcos Lisboa diz que o país optou por tributar mais as grandes empresas e não o ganho do acionista. Isso provoca distorções, como a de aposentados e pensionistas de fundos de pensão que pagam proporcionalmente mais imposto do que sócios de empresas médias, com faturamento de R\$ 30 milhões a R\$ 50 milhões por ano. Lisboa afirma que, mesmo com algumas concessões, a **Reforma Tributária** é um avanço em relação ao "regime disfuncional" que temos hoje.

Quais as distorções que o sistema tributário brasileiro provoca? E como isso afeta a economia?

Temos dois principais **impostos** sobre o consumo e a renda. O princípio básico sobre renda é que famílias que tenham o mesmo ganho paguem a mesma quantidade de **tributos**.

Além disso, quem ganha mais, deve pagar proporcionalmente mais. Isso não acontece no Brasil. Famílias com renda maior pagam imposto menor. O segundo imposto é sobre consumo.

O que não se quer é que imposto sobre consumo induza empresas a fazerem escolhas menos produtivas para pagar menos **impostos**.

É exatamente isso que nosso imposto sobre consumo faz. O tributo não é proporcional à renda e induz o sistema produtivo a ser ineficiente.

Como se dá essa desigualdade?

O Fisco no Brasil confunde o tamanho da empresa com o patrimônio. Há empresas pequenas com grandes patrimônios. E empresas grandes em que há acionistas pequenos. Fundos de pensão, como o do Banco do Brasil, investem o patrimônio para pagar os pensionistas.

Esses fundos são sócios de grandes empresas. A regra da tributação não olha o tamanho do acionista, olha para o tamanho das empresas.

Tributa o lucro das empresas grandes, mesmo se quem recebe é um pensionista de um fundo de pensão.

Deveria ter um regime proporcional à sua renda.

Por outro lado, empresas médias, com renda muito alta, de R\$ 30 milhões, R\$ 40 milhões, R\$ 50 milhões por ano pagam menos imposto.

Como fazer para tornar o sistema mais igualitário?

O ideal é tributar menos o lucro nas empresas e mais as famílias com base na renda.

O melhor é olhar as famílias.

A segunda etapa é o princípio de que famílias com renda parecida devem pagar a mesma quantidade de **impostos**. Nos **tributos** sobre o consumo, a maneira mais eficaz de tributar é o IVA (imposto sobre valor agregado). É um tributo sobre a decisão de consumir.

Os Estados Unidos cobram direto na venda final, a maioria dos países faz isso ao longo da cadeia. A vantagem é que reduz o risco de sonegação, pois vai direto na nota fiscal, e todos os setores pagam a mesma alíquota, independentemente do bem ou serviço que está produzindo.

Todos são a favor da reforma, mas o consenso acaba aí. Qual reforma o senhor defende?

A reforma que está no Congresso é muito boa, adequada às melhores práticas internacionais, com alíquota única sobre valor adicionado, sem favorecer a ninguém.

E não pode diferenciar serviços de mercadorias.

Essa divisão ficou obsoleta.

Afinal, o iPhone é um bem ou um serviço? Ela não induz a esse processo de escolha ineficiente de tecnologia para pagar menos **impostos**.

Não cria essas discussões sobre se é água de cheiro ou perfume. Hoje não se sabe que gastos podem ou não ser abatidos do imposto a pagar. Isso criou um contencioso gigantesco.

Isso acaba com a reforma.

Não precisa mais calcular qual quantidade de energia foi essencial para a produção do bem como é hoje. As disputas judiciais somam 75% do **PIB** (Produto Interno Bruto, com uma fatia neste caso equivalente a R\$ 7,4 trilhões) e a questão principal são os **tributos** indiretos (sobre o consumo).

Somente 15% estão na esfera administrativa. Nos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), essas disputas representam 0,28% do **PIB**.

O setor de serviços tem se posicionado contra a **Reforma Tributária**, alertando que haverá aumento grande de tributação.

Boa parte do setor de serviços vende para outras empresas.

Escritório de advocacia terá crédito tributário para oferecer que poderá ser abatido por quem compra o serviço na hora de pagar o imposto.

Serviço que vai ser mais onerado é aquele que chega diretamente ao consumidor. Boa parte dos serviços não será onerado. Uma parte pequena pagará mais, do que paga hoje.

Com toda essa resistência, inclusive de prefeitos e governadores, acredita que a **Reforma Tributária** vai ser aprovada dessa vez?

É uma reforma que está mais do que atrasada. Era para ter acontecido décadas atrás. O Brasil ficou tão atrasado, é um sistema que gera contencioso, ineficiência e desigualdade. A grande dificuldade é que cada pequeno grupo que tem um pequeno benefício é contra reforma, porque vai perder esse pequeno benefício. A soma desses pequenos benefícios gera a disfuncionalidade do país. As pessoas nem percebem, mas estão sendo muito oneradas, pois o imposto mais alto em outros produtos está embutido no preço dos bens. Vejo com preocupação essa intenção de preservar velhos privilégios.

Críticos afirmam que uma reforma tão ampla, com tantos interesses envolvidos, desde setores econômicos a estados e municípios, é difícil de ser aprovada, que deveria se buscar uma simplificação e ir fazendo aos poucos.

Muito difícil implementar a mudança de origem para o destino (atualmente, os **impostos** são cobrados onde a mercadoria ou bem é produzido).

Isso muda com a reforma, a cobrança será onde há consumo) sem uma reforma maior. Como põe de pé uma cobrança assim, com cinco **tributos** diferentes, sem uma reforma?

Alguns defendem que a reforma do consumo e da renda deveriam vir juntos. Vê essa necessidade?

Não. A reforma dos **impostos** sobre a renda é incrivelmente complexa. Imposto de consumo é muito simples, só no Brasil gera esse caos tributário.

Sobre a renda, é melhor fazer numa segunda etapa.

*

"As disputas judiciais somam 75% do **PIB** (Produto Interno Bruto, com uma fatia equivalente a R\$ 7,4 trilhões) e a questão principal são os **tributos** indiretos (sobre o consumo). Nos países da OCDE, essas disputas representam 0,28% do **PIB**"

"O ideal é tributar menos o lucro nas empresas e mais as famílias com base na renda"

"É uma reforma que está mais do que atrasada. Era para ter acontecido décadas atrás"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad diz que transição longa facilita reforma

VICTORIA ABEL E CAROLINA NALIN

De volta ao Brasil depois de acompanhar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em viagem à França, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu ontem a aprovação do texto da **Reforma Tributária** apresentado pelo relator da proposta na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PPB), na semana passada. Pela manhã, ela considerou um dos pontos fortes do projeto a transição lenta entre os modelos atual de cobrança de **impostos** sobre o consumo e o simplificado proposto pela reforma.

Para o ministro, a transição de oito anos impedirá que estados e municípios tenham perdas no curto prazo. Ele disse acreditar na aprovação na Câmara em julho, antes do recesso parlamentar, e disse contar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para angariar mais que os 308 votos necessários para aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC): - Tenho reuniões marcadas ao longo da semana. Certamente, quando Arthur Lira voltar (de viagem a Portugal), vamos nos debruçar sobre o que pode ser feito para angariar o maior apoio possível.

Não queremos votar essa PEC com 308 votos, queremos votar essa PEC com bastante apoio. É uma transição lenta, mas aponta para a transição correta.

Para o ministro, o efeito diluído da reforma reduzirá resistências.

Ele chegou a comparar o impacto que ela pode ter sobre a economia com o do Plano Real, que debelou a hiperinflação em 1994.

-Ao diluir no tempo, ninguém está pensando no próprio umbigo, mas no que é melhor para o país. Vai dar segurança jurídica, vai pacificar a guerra fiscal. Teve um economista que chegou a falar, um economista que nem é ligado ao governo, que a **reforma tributária** pode ser um novo Plano Real - afirmou Haddad, referindo-se a Samuel Pessoa, pesquisador do Ibre/FGV, segundo sua assessoria.

VOTAÇÃO ANTES DO RECESSO

A **reforma tributária** vai criar dois **impostos** para substituir os cinco **tributos** sobre consumo que existem hoje no país. A Contribuição sobre Bens e

Serviços (CBS), federal, vai reunir IPI, PIS e Cofins, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será estadual e municipal, virá da fusão de ICMS e ISS. As alíquotas de cada um desses **impostos**, no entanto, só serão definidas posteriormente, por lei complementar.

Ao ser perguntado sobre críticas dos setores de serviços e agronegócio, que argumentam que terão aumento de carga tributária, Haddad disse que a negociação é difícil: -Reta final de negociação complexa é todo mundo se manifestando, mas temos um colegiado representativo do povo e da federação, Câmara e Senado, e vamos ter conclusão do processo, estou muito confiante.

Sobre o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) de R\$ 75 bilhões por ano pedido pelos governadores para evitar perdas de arrecadação nos estados, o ministro afirmou que é preciso cautela em exigir grandes aportes do governo federal, já que "amanhã um governador pode ser presidente".

A proposta atual prevê crescimento gradual dos repasses da União para o fundo, chegando a R\$ 40 bilhões a partir de 2033.

- Temos que buscar um equilíbrio. Não adianta eu resolver o meu problema de curto prazo e quem estiver no meu lugar daqui a cinco anos não conseguir cumprir. Ninguém sabe o dia de amanhã.

Amanhã um governador pode ser presidente da República.

Ele tem que saber que precisa cumprir a emenda constitucional -completou o ministro.

De Lisboa, em Portugal, onde participa de um fórum jurídico, o presidente da Câmara voltou a falar em colocar o projeto em votação já na semana que vem: - Aprovamos o arcabouço (fiscal) e devemos analisar em breve a versão emendada pelo Senado já na primeira semana de julho. Quanto à **reforma tributária**, após amplos debates com os mais variados setores e entes federativos, podemos chegar a um texto mínimo consensual para que, na semana de 3 a 7 de julho, a Câmara possa fazer um debate justo, para que tenhamos uma **reforma tributária** que vise a facilitar, simplificar, dar transparência e mais

segurança jurídica ao país.

No entanto, ele admite as dificuldades na busca de consenso: -Também pude me reunir com os governadores. Superar todas as distorções é um desafio gigantesco, mas necessário, para nos situarmos como uma nação respeitável e preparada para o enfrentarmos seus problemas.

ESTADOS QUEREM MAIS

Além de reivindicar mais recursos para o FDR, o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) também pede aos deputados que o imposto seletivo, cuja criação também é prevista na proposta da reforma, fique sob administração dos estados. A taxação vai recair sobre produtos como cigarros, bebidas alcoólicas e nocivos ao meio ambiente.

-A nossa ideia é que o critério de divisão do FDR vá para o texto constitucional. Há uma proposta nossa também do imposto seletivo vir para a competência dos estados. A União tem resistência em relação a isso, mas a gente pode dialogar. Acreditamos que será possível convergir em todos os temas -disse o presidente do Comsefaz, Carlos Eduardo Xaxier, em entrevista à GloboNews.

"Temos que buscar um equilíbrio. Não adianta resolver meu problema de curto prazo e quem estiver no meu lugar daqui a cinco anos não conseguir cumprir.

Ninguém sabe o dia de amanhã. Amanhã um governador pode ser presidente. Ele tem que saber que precisa cumprir a emenda"

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

REFORMA: LIRA ADMITE TEXTO MÍNIMO CONSENSUAL ATÉ DIA 7

DANILO MOLITERNO CNN

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta segunda-feira (26) que é possível ter um texto "mínimo consensuado" para a **reforma tributária** até o dia 7 de julho, antes do recesso parlamentar.

Lira participou do XI Fórum Jurídico de Lisboa, evento organizado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (ICJP) e pelo Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV (CIAPJ/FGV).

"Planejamos que na semana de 3 a 7 de julho a Câmara dos Deputados esteja democraticamente aberta, chamando sua população para fazer um debate amplo, justo, para que tenhamos uma **reforma tributária** que facilite, simplifique e dê mais transparência e segurança jurídica para o país", disse.

O parlamentar disse, ainda, que a reforma, apesar de desafiadora, é "necessária" para que o Brasil se situe como "uma nação respeitável e preparada para o enfrentarmos dos seus problemas".

Em entrevista à CNN na última sexta-feira (23), o deputado Reginaldo Lopes (PTMG), um dos principais articuladores da matéria, reiterou que o texto deve ir a plenário na próxima semana e projetou 380 votos favoráveis ao texto na Casa.

O relator da matéria na Câmara, deputado Agnaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou uma primeira versão para a reforma na última quinta-feira (22). Lopes afirma que essa redação receberá apenas ajustes "residuais" antes de ir a plenário.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6020>

Entidades acompanham de perto debates sobre reforma tributária

Os projetos de lei que tratam da **reforma tributária** no Brasil estão sendo discutidos há alguns anos. No entanto, tudo indica que as propostas deverão ser votadas no Congresso Nacional no início do mês de julho. Isso faz com que as entidades acompanhem de perto os debates acerca desse tema.

No dia 20, aconteceu em Brasília o Seminário sobre a **Reforma Tributária**, evento promovido pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB). Maurício Vasconcelos, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Sergipe (Acese), acompanhou virtualmente o encontro.

Ele defende que mudanças nas leis tributárias são positivas, desde que não tragam prejuízos para o setor econômico e a população de maneira geral. Para isso, os projetos que contemplam a reforma precisam passar por algumas melhorias. "Alguns pontos claramente trazem preocupação", afirmou.

"Da maneira que está sendo construída, a reforma aumentará **tributos** em itens da cesta básica, o que prejudicará a população mais carente e resultará em prejuízos para a nossa economia. Isso não é correto. Defendemos uma mudança que traga desenvolvimento econômico e beneficie a todos", analisou Maurício.

O presidente questiona também a proposta de um "cashback popular", onde os mais pobres receberiam de volta, em forma de créditos, os **impostos** pagos pela cesta básica. "Não faz o menor sentido obrigar o consumidor a pagar do seu próprio bolso por itens mais caros para depois receber de volta", assegurou.

Outro ponto que gera preocupação é a oneração no setor de serviços, o que pode resultar em desemprego e no aumento da informalidade. A Acese entende que a reforma não deve prejudicar nenhum segmento, ainda mais aqueles que são mais intensivos na geração de vagas de trabalho e que representam a maior parte do **PIB** nacional.

"A reforma não pode errar nesse sentido. Essas alterações devem servir para impulsionar a nossa economia e gerar ainda mais emprego e renda para a nossa população. As discussões ainda estão acontecendo, mas precisamos ficar atentos para que

as melhorias de verdade aconteçam", finalizou Maurício.

Cultura em destaque na reforma tributária

As atividades artísticas e culturais nacionais foram incluídas no relatório da **Reforma Tributária** entre aquelas com redução de 50% das alíquotas para bens e serviços, junto com Saúde e Educação. A mudança veio depois da audiência organizada pelo presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, Marcelo Queiroz (PP-RJ), como secretário Bernard Appy. De acordo com estudos da Fundação Cultural, o setor representa 3,11% do **PIB** do Brasil.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/11264/27-06-2023.html>

Haddad critica concessões em reforma

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que não adianta nada fazer uma **reforma tributária** abrindo concessões para destravar impasses de curto prazo em nome da aprovação do texto no Congresso, porque isso pode colocar em risco o cumprimento do novo sistema no futuro.

A avaliação foi feita após Haddad ser questionado sobre o pleito de governadores em torno do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Enquanto a Fazenda aceita repassar até R\$ 40 bilhões para o fundo - que vai compensar Estados e municípios pelo fim da chamada guerra fiscal -, os governadores pleiteiam uma cifra maior, de pelo menos R\$ 75 bilhões. O ministro disse que "ninguém sabe o dia de amanhã" e que um político que hoje é governador poderá ter de encarar essa questão em cinco anos, num cenário hipotético em que seja eleito presidente da República.

"Na reta final, todo mundo vai se manifestar, mas a gente tem de saber que tem um equilíbrio a ser... Não adianta eu resolver meu problema de curto prazo, que é aprovar a reforma, e quem estiver no meu lugar daqui a cinco anos não conseguir cumprir. Temos de fazer uma coisa que todo mundo, independentemente de onde esteja, consiga cumprir.

Ninguém sabe o dia de amanhã, então, amanhã governador é presidente da República, ele tem de saber que vai ter de cumprir essa emenda constitucional (da **reforma tributária**), não pode facilitar", disse Haddad.

Questionado sobre "concessões" em nome das negociações da proposta nesta reta final, o ministro da Fazenda rejeitou a ideia e avaliou que, uma vez que os impactos da reforma serão diluídos ao longo do tempo, "ninguém está pensando no próprio umbigo".

"Não tem concessão, eu vou explicar o porquê: não tem impacto agora, os impactos são muito diluídos no tempo.

Isso é uma virtude, porque, ao diluir no tempo, ninguém está pensando no próprio umbigo, todo mundo pensando no que é melhor para o País. Então, não pode se falar em concessão, tem de se falar em busca de equilíbrio", disse o ministro da Fazenda.

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-a3c4f05314e5936ea487ba45fecf103f.pdf

'Sistema tributário atual induz a ineficiência', diz ex-secretário de Política Econômica

Por Cássia Almeida - Rio

O economista Marcos Lisboa diz que o país optou por tributar mais as grandes empresas e não o ganho do acionista. Isso provoca distorções, como a de aposentados e pensionistas de fundos de pensão que pagam proporcionalmente mais imposto do que sócios de empresas médias, com faturamento de R\$ 30 milhões a R\$ 50 milhões por ano. Lisboa afirma que, mesmo com algumas concessões, a **Reforma Tributária** é um avanço em relação ao "regime disfuncional" que temos hoje.

Quais as distorções que o sistema tributário brasileiro provoca? E como isso afeta a economia?

Temos dois principais **impostos** sobre o consumo e a renda. O princípio básico sobre renda é que famílias que tenham o mesmo ganho paguem a mesma quantidade de **tributos**. Além disso, quem ganha mais, deve pagar proporcionalmente mais. Isso não acontece no Brasil.

Famílias com renda maior pagam imposto menor. O segundo imposto é sobre consumo. O que não se quer é que imposto sobre consumo induza empresas a fazerem escolhas menos produtivas para pagar menos **impostos**. É exatamente isso que nosso imposto sobre consumo faz. O tributo não é proporcional à renda e induz o sistema produtivo a ser ineficiente.

Como se dá essa desigualdade?

O Fisco no Brasil confunde o tamanho da empresa com o patrimônio. Há empresas pequenas com grandes patrimônios. E empresas grandes em que há acionistas pequenos. Fundos de pensão, como o do Banco do Brasil, investem o patrimônio para pagar os pensionistas. Esses fundos são sócios de grandes empresas.

A regra da tributação não olha o tamanho do acionista, olha para o tamanho das empresas. Tributa o lucro das empresas grandes, mesmo se quem recebe é um pensionista de um fundo de pensão. Deveria ter um regime proporcional à sua renda. Por outro lado, empresas médias, com renda muito alta, de R\$ 30 milhões, R\$ 40 milhões, R\$ 50 milhões por ano pagam menos imposto.

Como fazer para tornar o sistema mais igualitário?

O ideal é tributar menos o lucro nas empresas e mais as famílias com base na renda. O melhor é olhar as famílias. A segunda etapa é o princípio de que famílias com renda parecida devem pagar a mesma quantidade de **impostos**. Nos **tributos** sobre o consumo, a maneira mais eficaz de tributar é o IVA (imposto sobre valor agregado). É um tributo sobre a decisão de consumir.

Os Estados Unidos cobram direto na venda final, a maioria dos países faz isso ao longo da cadeia. A vantagem é que reduz o risco de sonegação, pois vai direto na nota fiscal, e todos os setores pagam a mesma alíquota, independentemente do bem ou serviço que está produzindo.

Todos são a favor da reforma, mas o consenso acaba aí. Qual reforma o senhor defende?

A reforma que está no Congresso é muito boa, adequada às melhores práticas internacionais, com alíquota única sobre valor adicionado, sem favorecer a ninguém. E não pode diferenciar serviços de mercadorias. Essa divisão ficou obsoleta.

Afinal, o iPhone é um bem ou um serviço? Ela não induz a esse processo de escolha ineficiente de tecnologia para pagar menos **impostos**. Não cria essas discussões sobre se é água de cheiro ou perfume.

Hoje não se sabe que gastos podem ou não ser abatidos do imposto a pagar. Isso criou um contencioso gigantesco. Isso acaba com a reforma. Não precisa mais calcular qual quantidade de energia foi essencial para a produção do bem como é hoje.

As disputas judiciais somam 75% do **PIB** (Produto Interno Bruto, com uma fatia neste caso equivalente a R\$ 7,4 trilhões) e a questão principal são os **tributos** indiretos (sobre o consumo). Somente 15% estão na esfera administrativa. Nos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), essas disputas representam 0,28% do **PIB**.

O setor de serviços tem se posicionado contra a **Reforma Tributária**, alertando que haverá aumento

grande de tributação.

Boa parte do setor de serviços vende para outras empresas. Escritório de advocacia terá crédito tributário para oferecer que poderá ser abatido por quem compra o serviço na hora de pagar o imposto. Serviço que vai ser mais onerado é aquele que chega diretamente ao consumidor. Boa parte dos serviços não será onerado. Uma parte pequena pagará mais, que hoje paga menos.

Com toda essa resistência, inclusive de prefeitos e governadores, acredita que a **Reforma Tributária** vai ser aprovada dessa vez?

É uma reforma que está mais do que atrasada. Era para ter acontecido décadas atrás. O Brasil ficou tão atrasado, é um sistema que gera contencioso, ineficiência e desigualdade. A grande dificuldade é que cada pequeno grupo que tem um pequeno benefício é contra reforma, porque vai perder esse pequeno benefício.

A soma desses pequenos benefícios gera a disfuncionalidade do país. As pessoas nem percebem, mas estão sendo muito oneradas, pois o imposto mais alto em outros produtos está embutido no preço dos bens. Vejo com preocupação essa intenção de preservar velhos privilégios.

Críticos afirmam que uma reforma tão ampla, com tantos interesses envolvidos, desde setores econômicos a estados e municípios, é difícil de ser aprovada, que deveria se buscar uma simplificação e ir fazendo aos poucos.

Muito difícil implementar a mudança de origem para o destino (atualmente, os **impostos** são cobrados onde a mercadoria ou bem é produzido. Isso muda com a reforma, a cobrança será onde há consumo) sem uma reforma maior. Como põe de pé uma cobrança assim, com cinco **tributos** diferentes, sem uma reforma?

Alguns defendem que a reforma do consumo e da renda deveriam vir juntos. Vê essa necessidade?

Não. A reforma dos **impostos** sobre a renda é incrivelmente complexa. Imposto de consumo é muito simples, só no Brasil gera esse caos tributário. Sobre a renda, é melhor fazer numa segunda etapa.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/06/sistema-tributario-atual-induz-a-ineficiencia-diz-ex-secretario-de-politica-economica.ghtml>

Reforma Tributária: Prefeitos cobram mais tempo para debate e falam em imposição da Câmara

Por *Victoria Abel - Brasília*

Os prefeitos de cidades com mais de 400 mil habitantes, reunidos na Frente Nacional de Prefeitos, pediram mais tempo para o debate da **Reforma Tributária** e disseram que a votação do texto na semana que vem seria uma imposição da Câmara dos Deputados. Eles justificam que o substitutivo, apresentado pelo relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) na última quarta-feira, não garante a autonomia de arrecadação dos municípios e representa uma perda histórica.

O novo sistema vai criar dois **impostos** para centralizar os cinco **tributos** sobre consumo que existem hoje. A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, vai reunir IPI, PIS e Cofins, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estadual e municipal, irá juntar ICMS e ISS.

O texto de Ribeiro afirma que cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica. Ainda não está claro, porém, como estados e municípios entrarão em um consenso sobre o valor do IBS.

O presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Edvaldo Nogueira, porém, afirma que as parcelas de receitas que serão direcionadas aos municípios após o recolhimento do imposto também precisam ser definidas em PEC.

- O município perder sua autonomia arrecadadora é uma perda histórica. Nada no texto garante a autonomia nos municípios. O relatório não nos contempla. Deveria ser considerada a PEC 46, o substitutivo nem cita a PEC 46. Não estamos impondo, mas também não aceitamos imposição. O debate foi curto. Se houver a votação semana que vem, significa que é uma imposição. Começou o debate agora, com o substitutivo, antes era um debate sobre ideias. É como se fosse o criacionismo? Está feito e ninguém pode mudar? Oito dias úteis pra discutir uma coisa que vai mudar a vida das pessoas, tem que ter mais tempo - disse Nogueira ao GLOBO.

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, também protestou e lembrou que a reforma poderá aumentar a

cobrança de taxas para o setor de serviços, já que acaba com o ISS (Imposto sobre Serviços) municipal e cria o IBS com alíquota provavelmente superior.

- Um texto que não atende os municípios, aumenta os **impostos** de tal forma que dará ao país o título de maior imposto de serviços do mundo. Rasga o pacto federativo, tira a autonomia dos entes federados - disse Nunes ao GLOBO.

Apesar do apelo dos prefeitos, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mantém a previsão de análise da proposta em plenário entre os dias 3 a 7 de julho.

A reportagem procurou a Confederação Nacional de Municípios (CNM), que reúne cidades com número menor de habitantes, mas a entidade ainda não quis se posicionar sobre o texto.

Deputados da Frente Parlamentar do Agronegócio afirmam que parte das reivindicações feitas ao relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) não foi atendida e pediram uma PEC mais detalhada.

- O conceito de produção rural precisa ser melhor detalhado. Algo positivo foi a imunidade de taxas para as exportações, isso está ok. Nós temos uma preocupação com relação aos insumos e a caracterização do imposto seletivo, como isso poderia afetar a agricultura e os insumos. Nós ainda temos questões para serem tratadas com o relator. Estamos formalizando nossa posição - disse o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

O texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) traz uma alíquota reduzida em 50% para os segmentos de serviços educação, saúde, dispositivos médicos, medicamentos, serviços de transporte coletivo, produtos agropecuários, alimentos, produtos de higiene e atividades artísticas e culturais nacionais. As exportações não pagaram imposto sobre consumo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/06/reforma-tributaria-prefeitos-cobram-mais-tempo-para-debate-e-falam-em-imposicao-da-camara.ghtml>

Passo decisivo da reforma tributária (Artigo)

REGINALDO LOPES

A última quinta-feira foi um dia decisivo para os desdobramentos da **reforma tributária**. Os governadores de Estados foram recebidos pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para construir a unidade federativa necessária em torno das mudanças. Selavam-se ali os acordos para construção do consenso que vai garantir a aprovação, com o compromisso do governo federal em criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR).

Ele que será um instrumento mais eficiente para combater os contrastes regionais do que a guerra fiscal, que foi disfuncional ao não desenvolver os Estados nem reduzir preços dos produtos ou serviços. No FNDR, os aportes de recursos serão feitos pela União em valores que chegam a R\$ 40 bilhões.

Costurado o acordo, pela tarde daquele dia, o relator da matéria, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou o substitutivo preliminar à Proposta de Emenda à Constituição (PEC 45) que foi debatida nos últimos quatro anos, fruto de um diálogo que se arrasta há mais de três décadas no Congresso Nacional. Como esperado, a maior mudança trata do novo modelo de tributação. O substitutivo estabelece que a transição dos **tributos** antigos (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) para os novos (Contribuição sobre Bens e Serviços [CBS], gerida pela União, e um Imposto sobre Bens e Serviços [IBS], gerido pelos Estados e municípios) se dará em oito anos. Em 2033, entra em vigência integral o novo sistema com a extinção do antigo.

Uma alíquota reduzida foi criada para atender as seguintes áreas: transporte coletivo, serviços de saúde, serviços de educação, produtos agropecuários, cesta básica, atividades artísticas e culturais e parte dos medicamentos. Isso porque esses grupos não têm muitas etapas como a indústria e teriam menos créditos tributários. Já medicamentos, Proni, produtor rural pessoa física terão garantida a alíquota zero.

Uma das principais reivindicações dos setores populares na reforma, a instituição do cashback, foi contemplada. A emenda constitucional prevê a devolução de parte do imposto pago para os mais pobres. O funcionamento do mecanismo ficará para a lei complementar, em que defenderei que no mínimo os beneficiários do CadÚnico sejam contemplados com esse programa de inclusão social e justiça

tributária.

Apesar do foco no consumo, o substitutivo versa sobre tributação da renda e patrimônio, quando inclui na incidência do IPVA veículos aquáticos e aéreos. Também a possibilidade de o imposto ser progressivo em razão do impacto ambiental do veículo. Institui também que o imposto sobre herança seja progressivo em razão do valor da transmissão, e foi criada uma regra que permite a cobrança sobre heranças no exterior.

Estamos perto de concluir uma mudança estruturante para o país, para o setor produtivo e para a economia brasileira. É uma reforma do Estado, suprapartidária, não é ideológica. Ninguém está inventando nada, estamos propondo uma reforma de padrão internacional, de cobrar o imposto só no valor adicionado, como é praticado por 174 países. Com certeza, dará competitividade à economia brasileira e às empresas nacionais. A reforma dará ao país a possibilidade de voltar a ser um exportador de valor agregado e novamente um país industrializado.

REGINALDO LOPES. Deputado federal (PT-MG)
dep.reginaldolopes@camara.gov.br

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Secretários estaduais de fazenda de pelo menos 5 estados devem encontrar-se com o relator da reforma tributária na quinta-feira

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/06/27/RDIOCBNBRASL>

[IAFM953DF-06.10.51-06.13.41-1687862490.mp3](#)

Relator do arcabouço na Câmara critica versão do Senado

Idiana Tomazelli

O relator do arcabouço fiscal na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), criticou nesta segunda-feira (26) a versão do texto aprovada no Senado, com mais exceções à regra de gastos, e defendeu reverter as mudanças quando o texto for apreciado novamente pelos deputados.

Para ele, os senadores não apresentaram "justificativas técnicas" para excluir do arcabouço fiscal os gastos com o Fundeb (Fundo de Manutenção da Educação Básica), o FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal) e as despesas com ciência e tecnologia.

As alterações foram incluídas no parecer pelo relator, senador Ornar Aziz (PSD-AM), e aprovadas pelo plenário do Senado. Por causa das modificações, o texto precisa ser votado mais uma vez pela Câmara, que terá a palavra final antes do envio à sanção presidencial.

"Só tratarei do assunto na semana que vem. Até lá, nada acontecerá. Mas se depender de mim, volto tudo ao teor do meu relatório, que foi feito, para cada ponto alterado, com justificativas técnicas."

Dos três itens excluídos do arcabouço, dois (Fundeb e FCDF) já estavam livres da limitação na proposta original do governo. A Câmara optou por um aperto na regra.

Segundo o deputado, a inclusão dessas despesas sob o novo limite busca seguir o princípio de que todos os gastos que têm impacto no resultado primário (diferença entre receitas e despesas) deve estar ao alcance da regra. Isso, na avaliação de Cajado, contribui para a sustentabilidade da dívida pública e sua redução no médio prazo. "O Senado, lamentavelmente, decidiu politicamente suas alterações, sem qualquer amparo do ponto de vista técnico."

Cajado disse que também vai analisar o dispositivo que permite ao governo federal enviar o PLOA (projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2024 com cerca de R\$ 40 bilhões em despesas condicionadas à aprovação de um crédito suplementar, no ano que vem, para incorporar o efeito da **inflação** maior ao fim do ano

sobre o limite para gastos.

O trecho foi incluído após uma intensa mobilização do Ministério do Planejamento e Orçamento. A ministra Simone Tebet foi ao plenário do Senado negociar a incorporação de uma emenda apresentada pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Sem essa medida, o Planejamento teria de cortar até R\$ 40 bilhões em despesas no PLOA, comprometendo projetos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende lançar.

Embora o governo tenha tido sucesso na articulação, não há garantia de compromisso da Câmara com a manutenção desse dispositivo. Segundo Cajado, o tema será debatido com lideranças da Casa e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), antes de qualquer decisão final.

No projeto original, o governo propôs atualizar o novo teto pelo índice de janeiro a junho do ano anterior, mais a variação estimada entre julho a dezembro do mesmo ano. Essa regra balizou os parâmetros do PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, enviado em abril.

Durante a votação na Câmara, Cajado tirou o componente de projeção para evitar que uma **inflação** superestimada turbinasse os gastos do governo. A correção passou a ser feita pelo índice acumulado em 12 meses até junho do ano anterior-modelo validado pelos deputados.

Como a **inflação** até junho deve ser menor do que a variação até o fim do ano, Tebet já alertou que a medida obrigaria o governo a cortar de R\$ 32 bilhões a R\$ 40 bilhões em despesas de custeio e investimentos na proposta orçamentária a ser enviada em 31 de agosto.

O texto do arcabouço permite que a diferença seja compensada com a abertura de novos créditos ao longo do ano que vem, mas isso não solucionaria o problema político de passar a tesoura nas diversas ações de governo ao apresentar o Orçamento -daí a necessidade de condicionar as despesas.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse nesta segunda que as mudanças foram conversadas com a Câmara dos Deputados.

"Diálogo sempre existiu. Não há nada de alteração no Senado que possa ser algum tipo de surpresa, de inusitado. Não se tratou de perder a essência do projeto. São posições do Senado em relação a temas específicos", disse após encontro com o presidente da Argentina, Alberto Fernández. "Essa questão do fundo constitucional, do Fundeb, pode ser debatido na Câmara e terá toda nossa contribuição, porque o Senado fez essas singelas alterações", afirmou Pacheco.

Tarcísio ataca criação de conselho federativo na **reforma tributária**

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), defendeu nesta segunda (26) a revisão do texto da **reforma tributária**, sobretudo no que diz respeito à criação de um conselho federativo, com gestão compartilhada por estados, Distrito Federal e municípios, que centralizaria a arrecadação do novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). "É a retirada de autonomia dos estados. Os estados não podem topar isso", declarou em Lisboa, onde participa de um fórum na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50320&maxTouch=0&anchor=6479359&pd=ddebd090807513919c2105382af39bdd>

BC deixa para "depois de amanhã" o que poderia fazer hoje - PEDRO CAFARDO

PEDRO CAFARDO

Já foi dito aqui, meses atrás, que o Banco Central é independente, mas não infalível. Na semana passada, o BC usou sua independência, não a infalibilidade, para manter a taxa de juros básica em 13,75% ao ano.

Para um país que não consegue mais ser líder mundial em nenhum esporte, eis um título quase permanente: o de campeão global dos juros altos, hoje com uma taxa real (acima da **inflação**) de 7,5% ao ano.

O mercado financeiro gostou da manutenção da taxa, já esperada. Mas torceu o nariz pelo excesso de "cautela e parcimônia" do BC, que não sinalizou para um possível corte da Selic em agosto, como estava escrito nas estrelas. E espera um possível sinal diferente na ata do Copom a ser divulgada hoje.

Ficou no ar a sensação de que a autoridade monetária, até por arrogância, estaria cometendo um erro banal: deixa para amanhã o que poderia fazer hoje. No caso, "para depois de amanhã".

Foi destemperada aquela afirmação do presidente Lula, em janeiro, de que o BC, comandado por Roberto Campos Neto, nomeado por Jair Bolsonaro, age politicamente. O próprio Lula continua crítico, mas deixou de usar esse argumento. A elevação dos juros em plena campanha eleitoral do ano passado serviu para refutar a acusação de Lula, ainda que o aperto monetário nunca tenha impacto imediato - leva uns 18 meses para começar a esfriar a economia.

Há quem considere que o Brasil, para se livrar dessa liderança mundial incômoda, teria de abandonar a cultura dos juros altos dominante no país há 40 anos. Uma reportagem de Diego Viana, no Valor de 9 de junho, mostrou várias facetas dessa cultura.

Para economistas de mercado, mais ouvidos pela mídia, ela é apenas o reflexo da sucessão de crises fiscais que o país enfrenta há décadas. Isso obriga o governo a manter juros sempre elevados para captar recursos e cobrir seus déficits.

Para o economista Fernando de Holanda Barbosa, essa situação também reflete uma "cultura de privilégios". Os déficits do governo seriam causados

pela facilidade com que grupos de pressão se apropriam de fatias do Orçamento público. Então, os juros no Brasil não seriam "uma loucura" que ocorre por acaso. Seriam produzidos pela sociedade, à medida que grupos de interesse conseguem garantir privilégios.

Economistas da academia, minoria entre os comumente ouvidos pela mídia, consideram que os juros são sempre altos simplesmente porque empresas e famílias se acostumaram a receber e pagar juros altos, o normal brasileiro. Pessoas físicas pagam até 300% ou 400% ao ano, e empresas, 25% em média, níveis impensáveis pelo mundo. Esse "normal" favorece o "rentismo", em detrimento de investimentos produtivos e inovações.

A discussão teórica vai longe. Há, porém, fatos. E eles poderiam tranquilamente ter respaldado uma redução da Selic na semana passada ou mesmo em maio. A **inflação** oficial caiu para 3,9% em 12 meses e pode haver deflação em junho (hoje sai o IPCA-15); em 12 meses, o IGP-M já mostra deflação de 4,47%, e o IPA-DI, de

8,89% - esses índices medem principalmente variações de preços no atacado, que depois se refletem no varejo (IPCA); o dólar está abaixo de R\$ 5, não vindo do câmbio pressão inflacionária; os juros futuros estão em queda; o novo arcabouço fiscal já foi aprovado na Câmara e no Senado e a **reforma tributária** está encaminhada; a safra recorde garante estabilidade de preços de alimentos.

Essa sequência de fatos atropelou o pessimismo do mercado com a economia. A bolsa decolou. A agência S P melhorou a perspectiva de classificação do risco Brasil.

Se esse arsenal de boas notícias não convenceu o BC a baixar a Selic, começa a parecer menos "destemperada" a declaração de Lula sobre a atuação política do comando monetário. Porque os juros campeões mundiais prejudicam a economia, quebram empresas e famílias - há 71 milhões de pessoas inadimplentes - e custam caro ao país.

O economista José Luis Oreiro, incansável estudioso e defensor do novo desenvolvimentismo, tem as contas na ponta da língua e estima perdas bilionárias

considerando apenas o estoque da dívida pública indexada à Selic - LFTs -, que estava em R\$ 2,339 trilhões em abril. Se a taxa fosse só 0,25 ponto menor desde maio, o Tesouro economizaria R\$ 6 bilhões em 12 meses com juros da dívida. Se em vez de 13,75% estivesse em 12,75%, só um ponto a menos, a economia seria de R\$ 24 bilhões. Se, por uma dádiva divina, estivesse em 9,75%, ainda estupidamente alta, o ganho seria de uns R\$ 100 bilhões.

Ou seja, quase tudo o que a Fazenda quer economizar com seu penoso arcabouço fiscal, o BC gasta com juros da dívida, sem constrangimento e respaldado em seus batidos jargões como "ancoragem de expectativas", "horizonte relevante", "convergência de **inflação**", "apostas assimétricas", "cenário de referência" e assim por diante. Tristes trópicos, diria Claude Lévi-Strauss.

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico e escreve quinzenalmente às terças-feiras
E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187586?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187586?page=1§ion=1)**

Números favoráveis do Boletim Focus apontam urgência na queda da Selic - BRASIL NA PAUTA

JOSÉ OSMANDO DE ARAÚJO, JORNALISTA

Os dados revelados na manhã de hoje pelo Boletim Focus, do Banco Central, fortalecem a certeza de que a economia brasileira está em bom caminho, com todos os indicadores da semana se apresentando de forma positiva. A previsão da **inflação** para 2024 caiu para um patamar abaixo de 4,0%, situando-se em 3,98%, significando o quarto recuo consecutivo das previsões do mercado.

Confirmando a tendência de queda frente às previsões anteriores dos analistas de mercado, as projeções da semana para os anos de 2023, 2024, e 2026, de acordo com dados divulgados nesta segunda-feira pelo Relatório Focus do Banco Central, ficaram todas abaixo das expectativas. A estimativa do IPCA para este ano caiu pela sexta semana seguida, de 5,12% para 5,06%%.

PROJEÇÕES DE LULA

A projeção para o **PIB**, por sua vez, deste ano, subiu de 2,14% para 2,18%, na sétima semana consecutiva de melhora, indo no caminho das reiteradas manifestações do Presidente Lula, de que o produto interno bruto do país, em 2023, será superior a 2,5%, podendo até superar essa marca. A projeção para o **PIB** de 2024 subiu, de um crescimento estimado em 1,20% para 1,22%, enquanto a de 2025 cresceu de 1,80% para 1,83%. Especificamente para os preços administrados, a projeção do IPCA para 2023 recuou pela 8ª semana seguida, indo de 9,09% para 9,03%. A estimativa para

2024 caiu de 4,50% para 4,44% e as 2025 e 2026, continuaram em 4,0%.

TAXA SELIC

Com relação à taxa Selic fixada pelo próprio Banco Central em 13,75% já pela sétima vez seguida, nesse patamar desde Agosto de 2022, a projeção dos juros básicos da economia brasileira, manteve a projeção da semana passada, permanecendo nos mesmos 12,25% e com projeção para 2024 em 9,50% e a de

2025 foi mantida em 9,0%. Para 2026, o próprio Focus, do BC, projeta taxas em 8,75%. A estimativa para o dólar, é que se mantenha no patamar de R\$ 5,00. Outro aspecto positivo apresentado pelo relatório Focus para a economia brasileira, diz respeito à dívida líquida do setor público, com um recuo na projeção para este ano de 60,60% para 60,47% do **PIB**. A projeção para a balança comercial brasileira em 2023 subiu de um superávit esperado de US\$ 61,15 bilhões para US\$ 62 bilhões.

INDICADORES DA ECONOMIA

O relatório Focus, do Banco Central, é divulgado toda segunda-feira às 8:30 horas, e apresenta o resumo das expectativas dos principais agentes do mercado financeiro para os diversos indicadores da economia brasileira. É formulado a partir de pesquisas junto a bancos, consultorias, corretoras, universidades e distribuidoras de valores, sempre com foco nas projeções de **inflação**, **PIB**, juros, câmbio e relação com a dívida pública. Nesta segunda-feira, ante a divulgação de mais um relatório, os economistas e analistas ouvidos pelo Banco Central mostraram-se otimistas com o crescimento do **PIB**, revisando a projeção para o alto, do mesmo modo como rebaixaram de 6,82% para 6,70% as projeções para a **inflação**.

EXPECTATIVA DE JUROS MENORES

Diante do crescimento do **PIB** e da redução da **inflação**, o próprio mercado que o BC acaba de ouvir, já trabalha com uma projeção de juros menores em 2023, na faixa de 11% até o final do ano, diferentemente dos 13,75% **impostos** pro Roberto Campos Neto, que insiste em manter as mais altas taxas de todo o mundo que, descontada a **inflação**, situa-se, no plano real, acima de 9%. O mercado já aposta que em Agosto, na primeira reunião do Copom, as taxas Selic vão ser reduzidas.

A confiança do consumidor brasileiro sobe a um pico elevado, sendo a maior registrada nos últimos quatro anos, conforme revela a Fundação Getúlio Vargas, o que permite acreditar, conforme o ânimo dos economistas, na redução progressiva dos índices de

inflação e no corte dos juros Selic para um patamar adequado à realidade e essencialmente necessário à revitalização dos negócios. Uma redução esperada, sobretudo pelos setores da indústria e serviços. Mas, do mesmo modo, favorecendo os consumidores em geral, pois isso representaria queda nas taxas de juros em geral, favorecendo as compras e a tomada de dinheiro nos bancos.

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

Focus vê crescimento acima de 2% em 2023

Brasília - O boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, mostrou que a expectativa de crescimento do **PIB** aumentou de 2,14% para 2,18% entre a semana passada e esta. Há quatro semanas a previsão era de crescimento de 1,26%. O resultado mantém uma sequência de sete semanas de elevação. Para 2024, a expectativa é de crescimento de 1,22%. Há uma semana o mercado esperava aumento de 1,20%. Para os anos subsequentes, 2025 e 2026, as projeções são de respectivos avanços de 1,83% e 1,92%.

O mercado está mais otimista também com relação à **inflação** oficial do país, mostrando queda nos índices esperados para 2023 e 2024. Para o ano corrente, a previsão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu de 5,12% (estimativa divulgada na semana passada) para 5,06%. Apesar de as expectativas estarem melhores do que as divulgadas há uma semana, ainda estão acima do teto da meta de **inflação**, de 4,75%, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A meta é de 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

A expectativa de **inflação** para 2024 caiu de 4% para 3,98% entre a semana passada e esta, e se manteve estável (3,8%) em 2025. Para 2026, espera-se um indicador de 3,72%.

Com relação à taxa básica de juros (Selic), as expectativas do mercado se mantiveram estáveis: 12,25% para 2023, 9,5% para 2024, 9% para 2025 e 8,75% para 2026. Atualmente, a Selic registra 13,75% ao ano. A taxa está neste nível desde agosto do ano passado, e é a maior desde janeiro de 2017.

2,18% Esta é a expectativa do mercado para a alta do Produto Interno Bruto.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

Analistas ouvidos pelo BC mantêm previsão de corte do juro para agosto

Economistas continuaram reduzindo suas projeções para a **inflação** brasileira deste ano e do próximo, mostrou o boletim semanal Focus, e mantiveram expectativa de que o Banco Central começará a cortar juros já em agosto, apesar de a autarquia não ter sinalizado essa possibilidade em seu último **comunicado** de política monetária.

Agora, as expectativas compiladas pela pesquisa, divulgada pelo BC, apontam alta de 5,06% do IPCA em 2023, ante 5,12% estimados antes, na sexta semana seguida de declínio. Para 2024, a conta caiu pelo quarto boletim consecutivo, de 4% para 3,98%.

O prognóstico de **inflação** para 2025 foi mantido em 3,80%, enquanto o de 2026 caiu pela terceira semana seguida, a 3,72%, ante 3,80% na sondagem anterior.

O centro da meta oficial para a **inflação** em 2023 é de 3,25% e para 2024 e 2025 é de 3%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

O CMN (Conselho Monetário Nacional) tem reunião marcada para esta semana, em que deve estabelecer a meta de **inflação** para 2026, e o mercado tem especulado sobre a possibilidade de o colegiado determinar que o BC siga objetivo de **inflação** sem um prazo determinado.

Para a Selic, o Focus manteve projeções de que a taxa encerrará este ano em 12,25%, com o início de um ciclo de corte de juros já em agosto, em ritmo de 0,25 ponto percentual, mesmo depois de o BC não ter sinalizado intenção de afrouxar a política monetária tão cedo em sua reunião de política monetária da semana passada. Na ocasião, a autarquia deixou a Selic inalterada em 13,75%.

O mais recente Focas também manteve intacta a projeção para a Selic ao fim de 2024, atualmente em 9,50%.

Para o **PIB**, houve uma sétima melhora seguida na estimativa para este ano. A perspectiva de crescimento em 2023 é agora de 2,18%, de 244% antes. Para 2024 a expansão do **PIB** foi de 1,2% para 1,-22%.

Dólar recua para R\$ 4,76, nova mínima para o ano

O dólar aprofundou suas perdas e caiu 0,20% nesta segunda-feira (26), renovando seu menor patamar do ano ao fechar o dia cotado a R\$ 4,767.

O desempenho da moeda americana ante o real vem sendo afetado pelo diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos e pelas projeções otimistas para a economia brasileira, reforçadas pela diminuição das expectativas de **inflação** no boletim Focus desta semana.

A Bolsa brasileira também registrou queda, ainda impactada por um movimento de realização de lucros, ou seja, quando investidores vendem ações que tiveram forte valorização para efetivar os ganhos, após as altas sucessivas registradas no início do mês. O cenário externo de aversão ao risco também pressiona ativos locais.

Com isso, o Ibovespa recuou 0,61% nesta segunda, a 118.242 pontos.

Na semana passada, o Copom decidiu manter a taxa básica de juros em 13,75% ao ano e não sinalizou uma possível redução em sua próxima decisão, o que frustrou o mercado. Mesmo assim, as projeções de analistas foram mantidas.

"[O boletim Focas] Tomou mais factível que a meta de **inflação** seja atingida com a atual taxa básica de juros. Apesar de o Copom não ter dado indicações sobre cortes de juros na última reunião, o boletim gerou uma boa expectativa de redução em agosto", diz Paloma Lopes, economista da Valor Investimentos.

Após a divulgação do Focas, os mercados de juros tiveram leve queda. Os contratos com vencimento em janeiro de 2025 saíram de 11,02% para 11,00%, enquanto os para 2026 foram de 10,39% para 10,35%. Os juros para 2024 mantiveram-se estáveis.

As projeções reforçaram o otimismo com a economia brasileira e apoiaram o real mesmo com pressões do exterior.

Pela manhã, o dólar ensaiou uma alta, com as cotações repercutindo a turbulência na Rússia.

Nos Estados Unidos, os principais índices acionários

também registraram quedas. O S P 500 e o Nasdaq re- cuaramo,45% e 1,16%,respectivamente, enquanto o Dow Jones terminou o dia estável. Marcelo Azevedo Com Reuters

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50320&maxTouch=0&anchor=6479359&pd=ddebd090807513919c2105382af39bdd>

BNDES diz que crédito maior precede alta de investimentos

Idiana Tomazelli

Brasília Estudo feito pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) afirma que a ampliação dos desembolsos da instituição precede a alta nos investimentos do país, indicando uma correlação positiva entre a atuação do banco e a variável de impulso ao crescimento econômico.

As conclusões são do primeiro estudo especial feito pela atual administração do BNDES, antecipado à Folha. A iniciativa faz parte da estratégia de fomentar o debate econômico sobre temas que permeiam a atuação do banco.

O diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, Nelson Barbosa, diz que um dos objetivos do documento é desconstruir percepções tidas como incorretas, como a ideia de ausência de vínculo entre os desembolsos da instituição de fomento e o investimento.

Desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o BNDES virou um foco de críticas e temores de economistas, que veem com desconfiança a meta anunciada pela nova gestão do banco de dobrar seu tamanho até 2026.

O próprio Banco Central tem emitido alertas sobre os riscos associados a uma eventual ampliação do crédito direcionado -que costuma ter taxas menores do que as praticadas no mercado. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, já afirmou que, se o governo quiser dar mais subsídios, "o juro vai ser mais alto por definição", pois o canal de transmissão da política monetária "fica mais estreito".

"O Banco Central usa como justificativa o medo do que a gente pode fazer em 2024 como pretexto para não reduzir o juro hoje. Acho que isso é um pouco demais para qualquer economista. Não entenderam o que a gente está propondo", diz Barbosa.

Segundo ele, o banco quer focar áreas como infraestrutura, inovação e financiamento ao comércio exterior. "Se for bem direcionado, a gente pode viabilizar um novo aumento de investimento no Brasil."

O estudo do BNDES indica uma correlação positiva de 76% entre as concessões de financiamento do banco

como proporção do **PIB** (Produto Interno Bruto) e a taxa de investimento do país, considerando operações realizadas entre 2002 e 2022. Quanto mais elevado é o percentual, maior é a força de associação entre as variáveis analisadas.

Como alguns desembolsos são direcionados a linhas de capital de giro ou financiamento de exportações, o estudo traz também recortes específicos, que buscam mensurar o efeito das transações destinadas apenas à realização de investimentos.

De acordo com o BNDES, a correlação entre os desembolsos da linha Finame (voltada à aquisição de máquinas e equipamentos) e a taxa de investimento é de 87%.

O estudo também mediu a correlação com a taxa de investimento em construção não residencial, que chegou a 88% no caso dos desembolsos para infraestrutura e 89% nos financiamentos para investimentos em geral.

Os achados não seriam, por si só, evidências suficientes para concluir que os investimentos ocorreram por causa da atuação do BNDES. Os economistas usam uma máxima para retratar isso: a de que correlação não é causalidade.

Por isso, os técnicos do banco conduziram alguns testes econométricos para verificar se os dados de desembolso do banco ajudam a prever o comportamento do investimento -ou seja, se há de fato precedência entre uma variável e outra.

O teste mostra ausência de indícios de que a alta do investimento leva a um maior desembolso do BNDES, mas resultados significativos quando se avalia a ordem inversa, com as concessões do banco antecedendo a ampliação da FBCF (formação bruta de capital fixo, como os investimentos são mensurados no **PIB**).

"As evidências mostram que o aumento de desembolso precede um aumento no investimento, e que esse aumento de investimento atinge seu pico a partir de um ano", diz Barbosa.

"Obviamente a gente pode sempre dizer que ele [crédito] pode ser melhor alocado, que ele tem que ser

mais transparente. Agora, essa relação de correlação e causalidade é conhecida", diz.

No fim do ano passado, relatório do Cmap (Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas) mostrou que a política praticada pelo BNDES durante governos anteriores do PT despejou recursos para grandes empresas brasileiras, mas não resultou em aumento dos investimentos na mesma proporção.

Segundo o estudo, a cada RS 1 aplicado em empréstimos e subsídios, apenas R\$ 0,12 a R\$ 0,25 virou investimento adicional. O valor, embora positivo, foi considerado pouco eficaz.

Barbosa diz que precisaria analisar os detalhes e as premissas do estudo para entender os cálculos do Cmap e avaliar suas conclusões, mas ele afirma que o próprio banco tem interesse em desenvolver estudos sobre a eficácia de seus empréstimos.

"Tem que ter uma avaliação de eficiência, eficácia. Mas uma coisa de cada vez. Uma, o impacto é positivo. Agora, o impacto é muito pequeno para o volume de recursos? Aí é outro tipo de questão. Obviamente a gente quer um impacto positivo e eficiente", diz.

Segundo o diretor, a nova leva de estudos do BNDES busca contribuir para "melhorar os termos" do debate e medir os resultados para acompanhar a eficiência política e até aprimorar as ações da instituição.

"Outra contribuição, mais indireta, é começar a esclarecer alguns pontos e, com isso, combater algumas "fake news!"

Segundo ele, uma das principais distorções é dizer que a maior participação do BNDES no crédito expulsa o setor privado desse mercado (o que economistas chamam de efeito "crowding out").

"As evidências mostram que isso é possível, mas não é provável. Na maior parte dos casos, quando o BNDES desembolsa mais, o investimento aumenta, e o setor privado desembolsa mais também. Eles vão juntos. Tem mais evidências de complementação do que de substituição."

Segundo Barbosa, o risco de o banco tomar espaço do setor privado existe apenas em contextos específicos, quando a economia está no pleno emprego (operando em seu nível máximo) ou quando há estagnação ou recessão. "Aí você está disputando um tamanho fixo [de investimento]. Então, num contexto de estagnação, pode acontecer um crowding out. Só que a nossa estratégia é aumentar o desembolso em um contexto de crescimento. O nosso aumento de desembolso

depende de a economia voltar a crescer, também", diz.

Na maior parte dos casos, quando o BNDES desembolsa mais, o investimento aumenta, e o setor privado desembolsa mais também

Nelson Barbosa diretor do BNDES

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50320&maxTouch=0&anchor=6479359&pd=ddebd090807513919c2105382af39bdd>

Insatisfação com os juros cresce entre as micro e pequenas indústrias

Douglas Gavras

A insatisfação com os juros levou empresários da micro e pequena indústria ao maior pessimismo no último ano, de acordo com pesquisa realizada pelo Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo) e o Datafolha.

Em abril e maio de 2023, o índice de Satisfação Macroeconômica dessas empresas chegou a 93 pontos, vindo de 103 pontos no levantamento anterior (em fevereiro e março de 2023), em uma escala que varia de 0 a 200 pontos.

O pico da série, que ocorreu em abril de 2022, coincide com as últimas eleições, em outubro e novembro do ano passado. Naquele momento, a satisfação dos industriais havia sido de 122 pontos.

De acordo com a entidade, a queda do índice foi causada, sobretudo, pela percepção negativa que os empresários dizem ter a respeito da situação econômica: 48% responderam que o cenário está ruim ou péssimo e apenas 14% o consideram bom ou ótimo.

Um dos principais fatores apontados para esse pessimismo é o patamar elevado da Selic, os juros básicos da economia. A taxa está, atualmente, em 13,75% 30 anos e ainda sem uma sinalização por parte do Copom -o Comitê de Política Monetária do Banco Central- de que o ciclo de quedas dos juros será iniciado na próxima reunião, em agosto.

De março a maio, aumentou de 52% para 66% o percentual de empresas que dizem estar sendo muito prejudicadas pelas taxas de juros. Os que se dizem pouco prejudicados eram 24%, agora são 16%.

Entre os que não se sentem prejudicados, o percentual passou de 22% para 17%. No comparativo entre regiões, o percentual mais elevado dos que dizem se sentir muito prejudicados foi registrado no Nordeste (77%) e o mais baixo, no Centro-Oeste e Norte (63%).

Quando olham para as próprias empresas, os industriais tendem a ser mais otimistas: a satisfação com a situação do negócio era de 121 pontos em março e abril, patamar semelhante ao do

levantamento anterior (122 pontos), embora mais baixo do que em outubro e novembro passados (135 pontos).

A satisfação com o faturamento era de 140 pontos e de 108 em relação à margem de lucro. No Sudeste, a satisfação quanto à situação da empresa alcança 128 pontos; no Nordeste, esse índice é de 116.

A pesquisa, de abrangência nacional, ouviu 712 pessoas, entre os dias 9 e 29 de maio de 2023. A margem de erro para o total da amostra é de 4 pontos percentuais, para mais ou para menos e a confiança é de 95%.

Usada como instrumento de controle da **inflação**, a Selic afeta outras taxas, como aplicações financeiras e financiamentos.

"Quanto mais a taxa Selic sobe, menor será o consumo das famílias, com uma tendência na queda da **inflação**. Por outro lado, quando ela cai, há um estímulo e aquecimento do mercado", pondera o presidente do Simpi, Joseph Couri.

Apesar disso, ele diz não esperar uma redução significativa dos juros em um horizonte próximo. "Não vejo uma redução para valer. Se tudo correr bem, vejo uma sinalização pequena, em 90 dias."

Couri acrescenta que o empresário tem visto o poder de compra da sociedade em queda, enquanto busca manter a empresa de pé. Essa situação afeta diretamente a economia e provoca um sentimento de pessimismo.

A redução dos juros tem sido o principal motivo para a queda de braço travada entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. O petista tem externado publicamente a sua insatisfação com o patamar da Selic.

Na última semana, em visita oficial à Itália, Lula disse que a manutenção da atual taxa de juros é irracional

"Tenho cobrado dos senadores. Foram os senadores que colocaram esse cidadão lá. Então os senadores têm que analisar se ele está cumprindo aquilo que foi aprovado para ele cumprir. Na lei que está aprovada,

ele tem que cuidar da **inflação**, do crescimento econômico e da geração de empregos. Então ele tem que ser cobrado. É só isso."

"Não existe explicação aceitável do porquê a taxa de juros está 13,75%. Nós não temos **inflação** de demanda", afirmou. "Acho sinceramente que esse cidadão está jogando contra os interesses da economia brasileira", concluiu o petista.

O mais recente Boletim Focus, publicado nesta segunda-feira (26), aponta que o mercado espera um corte da Selic em agosto e que a **inflação** seja menor em 2023 e 2024.

Pela pesquisa do Simpi, 17% dos entrevistados afirmaram ter feito alguma consulta para tomar empréstimos ou financiamentos em abril e maio, contra um patamar de 11% no bimestre imediatamente anterior.

Ao mesmo tempo, 46% afirmaram que não conseguiram os recursos solicitados, 44% disseram ter conseguido e 10% não obtiveram uma resposta do banco.

Quanto mais a Selic sobe, menor será o consumo das famílias, com tendência na queda da **inflação**. Quando ela cai, há aquecimento do mercado

Joseph Couri presidente do Simpi

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50320&maxTouch=0&anchor=6479359&pd=ddebd090807513919c2105382af39bdd>

Ibovespa se alinha à cena externa e realiza lucro à espera da ata do Copom

Augusto Decker, Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira e Matheus Prado De São Paulo

O Boletim Focus trouxe uma boa notícia aos mercados na sessão de ontem, ao mostrar que o processo de desinflação continua a ganhar corpo. A queda nas expectativas de **inflação** abriu espaço para algum alívio adicional nos juros de longo prazo, que já haviam caído com força na sexta-feira passada.

O câmbio acompanhou o movimento benigno e tocou novas mínimas do ano. A bolsa, porém, realizou lucros após nove semanas consecutivas de alta e seguiu a correção observada no exterior, onde predominou um tom mais cauteloso diante das tensões na Rússia.

A aversão a risco nos mercados financeiros globais, porém, foi um movimento bastante tímido.

Em Nova York, o índice Dow Jones caiu 0,04%; o S P 500 recuou 0,45%; e o Nasdaq anotou baixa de 1,16%. Com a contenção do conflito entre o grupo Wagner e o governo russo de Vladimir Putin, o mercado moderou a preocupação e não precifica eventuais riscos para a economia global.

"Se a instabilidade local russa afetasse o fornecimento de energia (e, portanto, os preços da energia), os mercados reagiriam. Alternativamente, se um enfraquecido presidente Putin tentasse uma demonstração de força na guerra na Ucrânia, isso poderia ampliar e fortalecer as sanções ocidentais contra empresas que fazem negócios com a Rússia. Os mercados não estão precificando nenhum dos cenários agora", diz o economista-chefe da UBS Global Wealth Management, Paul Donovan.

Por aqui, o Ibovespa embarcou na correção externa e realizou lucros após uma sequência expressiva de ganhos semanais. Ontem, o índice referencial da bolsa brasileira recuou 0,62%, aos 118.243 pontos.

O movimento contrasta com o desempenho altista das ações da Petrobras, na medida em que a tendência positiva continua. Os papéis ordinários subiram 1,95% e os preferenciais ganharam 2,25%.

O avanço de cerca de 30% em dólares nos últimos três meses, que fez o Ibovespa superar a performance da taxa do contrato de DI para janeiro de 2029 (taxa

de referência de 5 anos) no mesmo período, poderia indicar uma fadiga do rali na bolsa. Contudo, para os analistas Jolene Zhong e Nathan Fabius, do Goldman Sachs, o índice, tirando commodities, ainda tem espaço para subir 13% até retornar à média histórica de Preço/Lucro.

"Ainda vemos os níveis de ativos brasileiros como baratos, sugerindo ganhos adicionais. Nossa métrica de avaliação para ações domésticas ainda parece barata em relação aos níveis atuais dos juros.

Mesmo após recuperação recente, o P/L (que atualmente está em 10,7%) da bolsa brasileira ex-commodities ainda tem cerca de 13% de potencial de alta. Assim, continuamos construtivos em relação a ações de consumo cíclico no Brasil", aponta o Goldman Sachs.

Os agentes agora se voltam para duas divulgações hoje: a ata da reunião de semana passada do Copom e o IPCA-15 de junho. Os participantes do mercado esperam sinais mais claros do Banco Central quanto aos próximos passos da política monetária. A expectativa com a ata, inclusive, fez os mercados de câmbio e de juros operarem com oscilações contidas ontem.

O dólar fechou em queda de 0,24%, a R\$ 4,7661, na mínima desde maio de 2022, e a taxa do DI para janeiro de 2025 recuou de 11,01% para 11,00%. Os juros mais longos, porém, exibiram queda mais intensa, após o alívio nas expectativas de **inflação** deste ano (de 5,12% para 5,06%); de 2024 (de 4,00% para 3,98%); e de 2026 (de 3,80% para 3,76%). Assim, a taxa do DI para janeiro de 2027 passou de 10,395% para 10,33%.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187586>

"Podemos ver uma inflação surpreendentemente baixa"

Victor Rezende e Anaís Fernandes De São Paulo

O nível médio de aperto monetário nos mercados emergentes, inclusive no Brasil, está elevado para os padrões históricos e há razões para acreditar que a **inflação** começará a cair de forma sólida, de modo que o próximo passo das autoridades monetárias desses países deva ser o início de um ciclo de redução dos juros.

Essa é a visão defendida pelo economista- chefe para mercados emergentes do Citi, David Lubin.

"Vale a pena ser otimista" diante da perspectiva de que a persistência inflacionária de medidas mais ligadas à política monetária, como os núcleos, irá ceder. O executivo conversou com o Valor de Londres, antes de vir ao Brasil para a 15a edição do "Citi Brasil Equity Conference", nesta terça-feira.

O apontamento feito pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de que a desinflação tem dois momentos, sendo o segundo, o de trazer a **inflação** de fato para a meta, mais desafiador, é um dos pontos destacados por Lubin. "Não acredito que esse segundo estágio seja tão difícil assim", diz o economista do Citi.

Além da taxa de juros real muito alta, Lubin menciona como fatores favoráveis a queda relevante nos preços das commodities e a "armadilha deflacionária" na China, que acaba influenciando outros países. "O que podemos começar a ver é uma **inflação** surpreendentemente baixa", afirma.

Valor: Vamos começar a ver um movimento de redução de juros nos mercados emergentes?

David Lubin: Sim. Já vimos alguns bancos centrais começando a cortar as taxas de juros. Uruguai, Costa Rica, Vietnã já começaram um ciclo de flexibilização e não é difícil imaginar que outros países seguirão esse exemplo. E faz sentido. Quando consideramos os juros reais ex ante dos mercados emergentes, a mediana está em torno de 1,5% agora, mas, ao longo dos últimos dez anos, a média dessa medida é de cerca de 0,5%. Isso ajuda a dar a sensação de como a política monetária nos emergentes está apertada, ainda mais quando observamos o contexto histórico. Brasil, México, Chile, Colômbia... todos esses países

estão com juros reais excepcionalmente altos para padrões históricos, mas acredito que, agora, há razões para acreditar que a **inflação** começará a cair de forma sólida.

Valor: Quais razões?

Lubin: É fácil fazer essa afirmação quando olhamos, principalmente, a **inflação** "cheia". Os preços das commodities estão caindo e, na nossa visão, devem continuar a cair por vários trimestres. Petróleo, gás, trigo, soja, níquel, minério de ferro, milho... Tudo está colocando muita pressão para baixo, ao menos na **inflação** ao produtor. Existe uma relação vaga, mas intuitiva, entre os preços ao produtor e ao consumidor. Mas quero acrescentar mais dois pontos. O primeiro tem relação com a China, que, no momento, tem um sério problema deflacionário. Há algumas evidências que sugerem que, quando a China "produz um preço" para cima ou para baixo, isso tende a influenciar outros países, porque a China tem muito poder de preço na economia global. O segundo ponto tem relação com os núcleos de **inflação**. Os únicos países em que o núcleo não está caindo de forma sólida são os da América do Sul. É irônico e paradoxal, porque são países que vêm apertando a política monetária de forma dramática e que têm taxas de juros reais muito altas.

Valor: A persistência inflacionária nos núcleos tende a continuar?

Lubin: Acho que vale a pena ser otimista. Na verdade, é engraçado...

[O presidente do Banco Central] Roberto Campos faz questão de ressaltar que a desinflação no Brasil pode ser entendida em dois estágios. A primeira fase é mais fácil e, depois, existe essa fase mais difícil. Em outras palavras, uma vez que você chega a uma **inflação** de 4% ou algo assim, fica mais difícil depois levar a **inflação** de volta para a meta. Por causa dessa deflação nos preços das commodities; da fraqueza da China e da armadilha deflacionária em que a China está; e pelo fato de as taxas de juros reais estarem muito altas agora, não acredito que esse segundo estágio seja tão difícil assim.

Na verdade, o que podemos começar a ver é uma **inflação** surpreendentemente baixa.

Valor: É um cenário que foge um pouco do consenso...

Lubin: Acredito que devemos estar abertos a esse cenário, até por causa do que já vejo acontecendo em termos de dinâmica de preços no atacado. E também tivemos nas últimas semanas, em geral, números de **inflação** que foram surpreendentemente baixos em diferentes regiões geográficas e em diferentes tipos de economia - desde exportadores de commodities, como Brasil e Chile, até exportadores de manufaturados, como Índia ou Hungria. Não importa onde você esteja ou que tipo de economia tenha.

Nas últimas semanas, os números de **inflação** ficaram abaixo das expectativas do mercado.

Valor: Os bancos centrais de países desenvolvidos estão em uma discussão sobre aperto monetário adicional.

Isso pode afetar o sentimento em torno dos emergentes?

Lubin: Na teoria, sim. Na prática, o efeito é relativamente menor, principalmente porque já estamos em um estágio avançado do processo de aperto monetário no mundo desenvolvido. Em 2022, quando os Estados Unidos realmente começaram a levar a sério o processo de aperto, isso foi acompanhado por um fortalecimento do dólar e houve uma combinação de aumento dos juros e valorização do dólar. Esse aperto das condições monetárias suga capital dos mercados emergentes e criou alguma instabilidade financeira, mas, na verdade, a intensidade foi muito menor do que as pessoas esperavam. Neste ano, tivemos essa situação interessante em que o Fed continuou a aumentar os juros, mas o dólar esteve fraco. Embora eu diga que o apetite por risco em relação às economias emergentes é relativamente frágil, ele não está nem um pouco destruído. E uma das consequências de os juros reais estarem historicamente muito altos nos emergentes é que eles atuam como um ímã para fluxos de capital. Assim, quando o dólar está enfraquecendo, isso cria um ambiente em que gestores estão mais dispostos a alocar capital em mercados emergentes.

Valor: Apesar desse ambiente de juros altos, a atividade segue resiliente nos emergentes. Por quê?

Lubin: Em alguns países, o clima ajudou. Foi o caso do Brasil, que teve sorte, com um desempenho fantástico da agropecuária no primeiro trimestre. E, em outros países, a poupança acumulada em decorrência de gastos públicos durante a pandemia também ajudou. Mas, de certa forma, acho que provavelmente é correto pensar que esse quebra-cabeças de

crescimento forte e **inflação** baixa vai se resolver sozinho. Em outras palavras, esse quadro deve desaparecer nos próximos trimestres, até porque acho que veremos mais e mais pressão sobre o crescimento econômico.

Valor: Há uma frustração do mercado, principalmente, com o desempenho do crescimento chinês...

Lubin: Havia uma suposição generalizada de que a recuperação da China neste ano seria parecida com retomadas anteriores, que foram impulsionadas por estímulos e por investimentos. Essa não é a história da China em 2023. A recuperação neste ano não é impulsionada por estímulos. É o resultado do que acontece quando as pessoas são liberadas do "lockdown". É uma recuperação impulsionada pelo consumo e por serviços e, por isso, há poucos efeitos positivos para as economias emergentes.

- "Apetite por risco em emergentes é relativamente frágil, mas não está nem um pouco destruído" David Lubin

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187586>

FMI alerta BCs sobre luta contra a inflação

Martin Arnold Financial Times, de Sintra

Os bancos centrais têm de aceitar a "incômoda verdade" de que poderão ter de tolerar um período mais longo de **inflação**, acima de sua meta de 2%, a fim de evitar uma crise financeira, alertou ontem a vice-diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Gita Gopinath.

Ela disse na Conferência Anual do Banco Central Europeu (BCE), realizada em Sintra, Portugal, que os formuladores de políticas públicas correm o risco de se defrontar com uma escolha desoladora entre dirimir um colapso financeiro futuro entre países altamente endividados e elevar os custos da tomada de empréstimos o suficiente para controlar a persistente **inflação**.

"Não chegamos nesse ponto ainda, mas essa é uma possibilidade", disse Gopinath ao "FT" antes de seu pronunciamento. "Nesse ambiente, é quando se pode ver os bancos centrais ajustar sua função de reação e dizer "tudo bem, talvez toleremos que a **inflação** fique mais alta por mais algum tempo". Os elevados níveis de endividamento de muitos governos europeus os deixam vulneráveis a outra crise financeira, disse Gopinath, que no ano passado foi promovida de economista-chefe para vice-diretora-gerente do FMI.

"Estamos ingressando em um período em que temos de reconhecer que a **inflação** está levando tempo demais para baixar para a meta - essa é minha primeira verdade incômoda -, e que isso significa que corremos o risco de a **inflação** se enraizar", disse Gopinath.

"Quando os governos não têm espaço fiscal ou apoio político para reagir ao problema, os bancos centrais podem ter de ajustar a função de reação de sua política monetária para o estresse financeiro", disse ela ao discursar. Mas acrescentou que deve haver "um critério de exigência elevado" antes de levar os BCs a aceitar que a **inflação** permaneça acima da meta de 2% por mais tempo, pois isso poderá tornar o aumento dos preços ainda mais enraizado, como ocorreu nos Estados Unidos na década de 1960.

O estresse financeiro na zona do euro "também poderá ter efeitos regionais diversificados, com a alta dos "spreads" das taxas de juros subindo mais em algumas economias altamente endividadas", e isso poderá "amplificar outras vulnerabilidades decorrentes da dívida das famílias e de uma grande parcela de

créditos imobiliários a taxas variáveis em alguns países", disse ela.

Gopinath ponderou em seu discurso que o BCE e outros bancos centrais "deveriam se preparar para reagir vigorosamente" a sinais de **inflação** persistente mesmo se isso levar a "um desaquecimento muito maior" nos mercados de trabalho. O BCE elevou sua taxa de depósito referencial a um ritmo sem precedentes, a partir de -0,5% do ano passado para 3,5% no começo deste mês, e sinalizou outro aumento de 0,25 ponto como "muito provável" para julho.

Os governos poderão também contribuir para combater a **inflação** ao reduzir gastos financiados por déficits, a fim de reduzir a demanda e diminuir a magnitude pela qual o BCE terá de elevar as taxas de juros, disse ela. "Em vista das condições econômicas que temos, tanto devido à elevação da **inflação** quanto aos níveis recordes de alta do endividamento, as duas medidas requererão um aperto da política fiscal", disse ela. "Quem examinar os déficits fiscais projetados para muitos países do G-7, [verá que] eles parecem altos demais há um tempo excessivamente longo." O BCE criou um programa de compra de bônus, chamado instrumento de proteção contra a transmissão, criado para evitar que os crescentes custos da tomada de empréstimos desencadeiem mais uma crise da dívida soberana da zona do euro. Mas essa medida não foi testada e, segundo Gopinath, é possível ir além, em termos de adoção de medidas, para se preparar para um potencial estresse financeiro.

Ela apelou para que os governos da União Europeia (EU) aprovassem novas regras para reduzir seus déficits públicos e níveis de endividamento, que subiram para mais de 100% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em muitos países, entre os quais França e Itália, e que criassem um sistema único de seguro sobre depósitos para que todos os bancos da zona do euro substituam a atual colcha de retalhos de sistemas nacionais.

O governo dos EUA forneceu garantias adicionais sobre depósitos para atenuar a crise no sistema bancário americano desencadeada pelo colapso do Silicon Valley Bank, em março.

"Pode-se ter um episódio desse gênero, ou algo mais grave do que isso, no qual não seja politicamente viável obter esse tipo de respaldo fiscal", disse Gopinath ao FT. "Ou você estará lidando com

instituições não bancárias, caso em que [o problema] se torna muito difícil politicamente."

- "Temos de reconhecer que a **inflação** está levando tempo demais para baixar para a meta" Gita Gopinath

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187586>

Cenário mais estável no País derruba o dólar

De janeiro a junho, a queda do dólar ante ao real, se levamos em consideração a cotação do último dia do mês, atingiu 6,46%, passando de R\$ 5,09 em janeiro para R\$ 4,76 em junho. Uma variação que alcançou um valor não observado desde abril de 2022, de acordo com dados do Banco Central (BC).

É consenso entre os especialistas ouvidos pela reportagem que há redução das incertezas frente à nova gestão política e econômica do País, principalmente com a aprovação do arcabouço fiscal.

Para a economista Paloma Lopes, da Valor Investimentos, essa desvalorização no primeiro semestre, que se considerada desde 2016, chega a 17%, vem de um panorama de incertezas global em que bancos internacionais vêm aumentando pouco a pouco as taxas de juros para conter a inflação. "Como eles não estão acostumados, eles reduzem pouco, diferente do Brasil que já prevendo inflação, coloca a taxa a 13,75%", diz.

A economista avalia que a aprovação do arcabouço fiscal também contribui para o cenário mais estável e alivia um pouco as tensões e as incertezas do mercado brasileiro. "Mas o futuro vai depender tanto do mercado interno quanto externo. O arcabouço deu uma melhoria nas perspectivas, porém, nosso Produto Interno Bruto (PIB), a taxa Selic e o superávit, tudo contribui para estas oscilações. Mas, são oscilações brandas, não acredito numa queda considerável futuramente. E o mercado externo ainda está muito incerto e ele afeta muito a nossa economia", analisa.

Mesma posição tem o economista-chefe Gustavo Sung, da Suno Research, para ele, uma série de fatores influenciaram o cenário atual: "A queda do risco-país, principalmente com a apresentação do arcabouço fiscal foi um deles. Não foi o que todos esperavam, mas já dá um norte. Isso traz maior visibilidade para as contas públicas", avalia.

Outro ponto que ele levanta é a balança comercial que está batendo recordes, devido às safras recordes que contribuíram para elevar o PIB no primeiro trimestre. "Por fim, o fim do ciclo da taxa de juros dos EUA trouxe para o mercado mais ânimo e mais investimentos em outras moedas, ajudando a economia brasileira. Além da taxa alta dos nossos juros", diz. Porém, ele pondera ressaltando que fatores externos dificultam uma projeção melhor.

Sung estima que em função destes motivos, a queda não deve atrapalhar os resultados positivos da balança comercial. "O Brasil deve continuar registrando recordes e a baixa do dólar não vai atrapalhar. O volume exportado compensa as outras variáveis", relata.

Para a economista do banco Ourinvest, Cristiane Quartaroli, o comportamento do câmbio foi de cautela. Na opinião dela, o mercado segue na expectativa sobre qual será o tom da ata do Comitê de Política Monetária (Copom) hoje se o Banco Central irá dar alguma sinalização sobre o início do ciclo de queda da taxa Selic. "Além disso, o fato do texto do arcabouço fiscal ter voltado para a Câmara com alterações, trouxe um pouco de aversão ao risco", avalia.

O sócio-proprietário da A8 Investimentos, Altino Junior, afirma que a moeda americana tem perdido valor no mundo e não é uma tendência exclusiva do Brasil. Para ele, o mercado brasileiro segue favorável aos investimentos estrangeiros. "Já que países emergentes como o nosso,

perceberam a inflação antes dos países europeus e EUA e já estavam praticando uma alta antecipada dos juros, tornando a economia mais atraente para investimentos externos", analisa.

Consumidor final - Para o consumidor final, a economista Paloma Lopes vê de forma positiva a desvalorização do dólar frente ao real. "Temos vários produtos de consumo diário que são dolarizados na cadeia produtiva. O valor mais baixo, reduz o preço para o consumidor final, segurando, conseqüentemente, a inflação", diz. Ela exemplifica com o pãozinho feito à base do trigo, produto exportado pelo Brasil.

Altino Junior também destaca vantagens para o consumidor. "O dólar mais baixo aumenta o poder de compra do consumidor comum. Facilita viagens, amplia possibilidade do acúmulo de reservas em dólar, e da compra de aparelhos tecnológicos, como aparelhos celulares e computadores", diz.

O economista-chefe da Suno Research, Gustavo Sunga, ressalta que o câmbio mais desvalorizado para os consumidores é positivo. "Mas se olharmos para as empresas exportadoras, não necessariamente", aponta.

O economista-chefe da Fecomércio MG, Stefan

D"Amato, chama atenção para o barateamento dos produtos importados. " A valorização do câmbio tende a estimular importações de pequeno valor e elas já estavam causando impactos negativos para os empresários nacionais devido à sua ilegalidade", ressalta.

Ele avalia que a falta de controle pode prejudicar a competitividade das empresas brasileiras, que não conseguem concorrer com os preços mais baixos dos produtos importados, resultando em redução na produção nacional, aumento do desemprego e acelerando o processo de desindustrialização do País.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Gasolina deve ficar R\$ 0,34 mais cara a partir de sábado com volta de impostos

Economia

/
Johnny Negreiros, do R7*

A gasolina poderá ficar R\$ 0,34 por litro mais cara a partir de sábado (1º). No etanol, o aumento deverá ser de R\$ 0,11 por litro. É o que diz a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis).

A expansão do valor nas bombas prevista ocorrerá por conta da volta total dos **impostos** federais sobre as fontes de energia. Em março, a reoneração aconteceu de forma parcial. Agora, a parcela restante voltará a incidir.

A medida foi planejada pelo governo Lula como uma forma de diminuir o impacto nos postos. A desoneração foi implementada pela administração passada, de Jair Bolsonaro, às vésperas das eleições.

- Compartilhe esta notícia no WhatsApp
- Compartilhe esta notícia no Telegram

Segundo a Abicom, os encargos terão impacto total de aproximadamente R\$ 0,68 no litro de gasolina. Serão R\$ 0,07 de Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) e R\$ 0,61 de PIS/Cofins (Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social**).

Sobre o etanol, o crescimento de cobrança tributária diz respeito apenas ao Pis/Cofins.

A maior cobrança de **impostos** sobre os combustíveis acontece em meio à tentativa do governo federal de aumentar a arrecadação sem cortar gastos. A ideia é controlar as contas públicas.

A regra fiscal proposta pela equipe econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prevê aumento total de até R\$ 150 bilhões nas receitas.

LEIA? Mais **impostos**? Nova regra fiscal prevê aumento de arrecadação em até R\$ 150 bilhões

Por isso, especialistas contrários ao projeto de lei

afirmam que o arcabouço fiscal resultará em aumento de **impostos**.

"Quando se fala em 'aumento de arrecadação', significa que você [o contribuinte] vai pagar mais imposto. Esse aumento necessário para ter o equilíbrio fiscal é muito grande. Ou seja, nós brasileiros vamos ter que pagar mais **tributos** ao Estado", opina Rodrigo Saraiva, membro do conselho administrativo do Instituto Mises Brasil.

Apesar disso, o Ministério da Fazenda alega que a proposição "não vai aumentar a carga tributária".

"A proposta não prevê novos **tributos** ou aumentos das alíquotas atuais. Aliás, o novo regime está alinhado a outra proposta de extrema importância, a **Reforma Tributária**, que está em sua primeira etapa focada na tributação sobre consumo (**impostos** indiretos) e também não vai elevar **impostos**, mas sim corrigir o caráter ineficiente e regressivo do atual sistema tributário, que penaliza a produção e também quem está na parte de baixo da pirâmide social", declarou a Fazenda ao R7.

Porém, é fato que algumas medidas de criação ou aumento de **impostos** já estão sendo debatidas pelo ministro Fernando Haddad. E não só nos bastidores. Isso, além dos **tributos** sobre os combustíveis. Três delas são:

1. Taxação de apostas esportivas. Previsão de arrecadação: R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões por ano;
2. Taxação de lojas digitais, como a Shein. Previsão de arrecadação: R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões;
3. Impedir que subvenção a estados para investimento seja equiparada a custeio. Previsão de arrecadação: R\$ 85 bilhões a R\$ 90 bilhões.

*Sob supervisão de Ana Vinhas

Balanco Geral verifica preço de combustíveis após mudança na política da Petrobras

Site: <http://noticias.r7.com/economia/gasolina-deve-ficar-r-034-mais-cara-a-partir-de-sabado-com-volta-de-impostos-27062023>

Exportadoras são 1% do total de empresas e respondem por 15% do emprego no país

As empresas exportadoras de bens representavam 0,88% do total de empresas no Brasil em 2020, mas eram responsáveis diretamente por aproximadamente 15% dos empregos formais do país, segundo estudo da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

O trabalho é o primeiro que avalia especificamente o perfil dessas companhias. Ele foi construído com base em dados da própria Secex, da **Receita Federal** e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) que vão até 2020.

Segundo o estudo, aproximadamente 24,9 mil empresas venderam bens para outros países em 2020, sendo responsáveis diretas por cerca de 5,2 milhões de empregos formais.

Segundo a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, as empresas levam em consideração três fatores principais para avaliar para quais países venderão: tamanho do mercado, distância e tarifas impostas.

O trabalho mostra que o principal destino dos embarques era a América Latina, região para a qual 61% dessas empresas exportavam -41% enviaram seus produtos a países-membros do Mercosul.

Estados Unidos e Europa apareciam na sequência como principais destinos das exportações (32% cada um), com a Ásia logo depois (28%). A soma dos percentuais supera os 100% porque uma companhia pode vender para mais de um país

Mas ainda que América Latina e Mercosul fossem os destinos mais importantes, as vendas para EUA e Europa vinham mostrando cada vez "um maior dinamismo" no fim da década passada, segundo a secretária.

Em termos de concentração regional, São Paulo e Rio Grande do Sul abrigavam juntas mais da metade das empresas exportadoras: 43% estavam em território paulista e 11% em território gaúcho.

Outro ponto mostrado pelo trabalho é a correlação entre as empresas que vendiam para o exterior e o perfil de seus funcionários. Empresas que exportavam

mais pagavam salários mais altos, tinham empregados com maior escolaridade e possuíam maior número de funcionários.

Os números ainda mostram que, depois de dez anos de a sua criação, a probabilidade de uma companhia continuar vendendo para outros países era de apenas 1%. Esse percentual era maior para as indústrias extrativa e de transformação.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187586?page=1§ion=1>

Confiança do consumidor é a maior desde 2019

A queda da **inflação**, o aumento do salário mínimo e a melhora, ainda que tênue, do mercado de trabalho contribuíram para que o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) subisse 4,1 pontos em junho, para 92,3 pontos, maior patamar desde os 94,5 pontos de fevereiro de 2019. A economista Anna Carolina Gouveia, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), acredita ainda que, nos próximos meses, o indicador tende a manter uma trajetória de recuperação.

Ela ressalta que houve fatores positivos capazes de impulsionar tanto o Índice de Situação Atual (ISA) quanto o Índice de Expectativas (IE) em junho. Neste mês, o ISA subiu 4,4 pontos, para 75,7 pontos, enquanto o IE avançou 3,6 pontos, para 104 pontos.

"A situação corrente do consumidor sofreu a influência do mercado de trabalho, que se recupera apesar de a retomada ainda ser lenta, e também pelo alívio da **inflação** e por alguma resiliência da atividade econômica", diz Gouveia. O patamar do ISA foi o maior desde os 76,1 pontos de março de 2020, início da pandemia.

A economista lembra que a confiança subiu em todas as rendas e ressaltou que o incremento do salário mínimo contribuiu principalmente para o avanço na renda mais baixa, até R\$ 2.100,00. Nesse grupo, a confiança do consumidor passou de 86,6 pontos em maio para 89,1 pontos em junho, uma alta de 2,5 pontos.

O maior incremento em pontos - com uma alta de 6,7 pontos entre maio e junho, para 97,2 pontos - veio da maior faixa de renda, acima de R\$ 9.600,01. Gouveia lembrou que esse segmento se beneficia, além da queda da **inflação**, da melhora do câmbio.

Em relação ao avanço do ICC em junho, Gouveia destacou o indicador de compra de bens duráveis, que subiu 11,7 pontos neste mês, para 91,6 pontos, e foi o principal influenciador da confiança. O nível de junho é o maior desde os 92,5 pontos de outubro de 2014.

"Esse indicador teve melhora de 11 pontos, mas é uma redução de pessimismo, porque está abaixo dos 100 pontos. É um pessimismo moderado", ressalta Gouveia, lembrando que a última vez que o indicador de compra de bens duráveis ficou acima de 100

pontos foi em abril de 2014, quando atingiu 104,2 pontos.

A economista destaca que a compra de bens duráveis está muito associada a bens além do essencial e que em junho o indicador registrou uma "esperança" na volta deste tipo de consumo devido à queda da **inflação** e à melhora do mercado de trabalho, mesmo em um cenário com juros ainda altos. "Pode até ser que os consumidores pensem que, como a **inflação** caiu, os juros poderiam cair."

Ela cita também o indicador da situação financeira atual, que, apesar de ainda estar baixo, com 66,5 pontos, subiu 5 pontos este mês. "Ainda está incrivelmente baixo e precisaria se recuperar muito para poder trazer a confiança de volta à trajetória otimista em nível favorável", diz Gouveia, lembrando que o ISA, mesmo com a alta de junho, ainda reflete as dificuldades de um consumidor muito endividado que busca uma melhora mais forte do mercado de trabalho.

A economista ressalta que a sensação de melhora da economia pode continuar nos próximos meses se a **inflação** continuar caindo e a atividade econômica mostrar resiliência. "Mesmo com alguma flutuação, a tendência é de melhora nos próximos meses."

Indicador cresceu em junho em todas as faixas de renda, aponta economista do FGV Ibre

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187586?page=1§ion=1>

A escalada da inadimplência (Editorial)

Levantamento da Serasa Experian de abril informa que 71,4 milhões de brasileiros, o equivalente a 43% da população adulta, estão comprometidos com dívidas em aberto. É o maior número verificado desde janeiro de 2016, quando o Brasil vivia os efeitos de uma forte recessão. Em conjunto, esses inadimplentes devem R\$ 340,6 bilhões, outra cifra impressionante.

Ao constatar que boa parte do passivo se concentra no cartão de crédito e no cheque especial, a pesquisa expõe a espiral de endividamento que corrói o poder de compra das famílias e torna a poupança inviável.

O quadro é dramático para os fundamentos da economia.

Mas, sobretudo, pesa no dia a dia de famílias apertadas para cobrir suas despesas básicas com o orçamento disponível, que recorrem às dívidas e à escolha de quais contas não pagar. Em abril, 700 mil pessoas físicas ingressaram na lista de inadimplência.

Na comparação com o mesmo mês de 2022, foram 5,3 milhões a mais acossadas pelas cobranças.

Os dados mostram que 69,6% dos inadimplentes estão na faixa etária de 26 a 60 anos de idade. Em tese, em plena capacidade de trabalho. Há crescimento gradual nessa esfera e também na dos negativados com mais de 60 anos, que em abril responderam por 17,8% do total. Entre aposentados e trabalhadores ainda ativos, os mais velhos estão expostos a assumir o papel de arrimo de família e aos apelos da armadilha do crédito consignado.

As causas desse cenário são há muito conhecidas.

O aperto monetário em vigor pelo Banco Central, sem sinal de arrefecimento desde agosto de 2022, vem sendo apontado como indutor da escalada gradual da inadimplência. Desde janeiro passado, há mais de 70 milhões de brasileiros nessa condição. Na ponta, a Selic e a alta inadimplência alimentam a lógica dos juros extorsivos aplicados por bancos e empresas financeiras, que tendem a tornar as dívidas impagáveis.

A renda do trabalho, estagnada há quase um ano, também tem efeito direto sobre esse cenário, que certamente seria pior sem os benefícios do Bolsa Família.

Há de considerar ainda o fato de a desaceleração dos

índices de preços ao consumidor em abril não ter sido suficiente para conter o aumento da inadimplência de pessoas físicas. A **inflação** continua a roer a renda e a provocar o endividamento.

Há potencial alívio desse quadro no segundo semestre com a antecipação do pagamento do 13.º salário para os aposentados e com a aprovação do projeto de lei sobre o aumento do salário mínimo acima da **inflação**. O programa Desenrola pode dar contribuição substancial, porém não definitiva, ao aliviar o peso das dívidas. Sua implementação pelo governo federal tarda já quatro meses.

A solução para esse drama depende essencialmente do crescimento sustentável, numa escala mais ambiciosa que a atual, para que tenha real impacto sobre a renda do trabalho e o emprego formal. Até o momento, a inadimplência de quase metade dos brasileiros é um dos freios a esse objetivo. É preciso considerar, também, que a situação real provavelmente é bem pior: a Serasa Experian não inclui as dívidas com os agiotas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dívidas levam trabalhadores a buscar renda extra com 'bico'

Edimarcio A. Monteiro

O aumento da inadimplência e a queda da renda estão levando os brasileiros a recorrer aos "bicos" para tentar manter a vida financeira em dia. Duas em cada três pessoas com dívidas estão recorrendo ao trabalho extra para pagar os débitos existentes e tentar evitar se envolver com novas, revela a pesquisa "Impactos da Vida Financeira no Trabalho", realizada pela Serasa Experian, que, em abril, registrou novos recordes de número de devedores e de valor acumulado na Região Metropolitana de Campinas (RMC). O total de inadimplentes chegou a 1.094.640, número proporcional a quase a toda população estimada de Campinas, enquanto o montante atingiu R\$ 6,27 bilhões.

De acordo com o levantamento feito pela empresa de análise de crédito, 76% dos entrevistados precisaram recorrer ao trabalho extra para completar a renda. A pesquisa ouviu 4.610 consumidores da base Serasa, via questionário online. É o caso do porteiro Fernando Soares, que usa as folgas da escala de 12 x 36 horas para fazer "bicos", inclusive como segurança. "Pobre trabalha para pagar as contas", justificou ele, que tem dívida com o cartão de crédito.

Soares usa o que seria seu período de descanso para cobrir a folga de companheiros de trabalho, que estão de férias ou que faltam. "Eu também fazia eventos, festas, mas parei porque ficava muito tempo de pé e era cansativo", afirmou. A pesquisa mostrou ainda que pouco mais da metade dos consumidores negativos acredita que vai conseguir pagar todas as contas em dias. O índice é de 51%, que sobe para 65% no caso das pessoas que renegociaram as dívidas.

CONSEQUÊNCIAS

A sobrecarga de trabalho, acúmulo de funções e falta de pausas contribuem para prejudicar a saúde do trabalhador. "Algumas das doenças ocupacionais recorrentes são distúrbios osteomusculares, que acometem as articulações e a coluna vertebral. Já em relação à saúde mental, transtornos como depressão, ansiedade, síndrome do pânico podem ter relação com o trabalho", explicou a presidente da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), a médica Rosyla-ne Rocha.

O levantamento da Serasa mostrou esses reflexos. Segundo a pesquisa, 19% dos entrevistados disseram enfrentar aumento de estresse no ambiente de trabalho, 17% apontaram redução de oportunidade de crescimento (promoções, aumentos de salário, bônus), 13% disseram ter medo constante de perder o emprego, 12% admitiram queda no desempenho e na produtividade no trabalho e 11% afirmaram falta de motivação para a realização das tarefas.

Samuel César Lopes é um dos que encaram a dupla jornada de trabalho. Durante o dia, atua como "marido de aluguel" em Campinas, fazendo pequenos serviços de eletricitista e encanador. À noite, principalmente de quarta-feira a domingo, atua como entregador de lanches em Hortolândia. "A gente tem que correr atrás de alguma coisa", disse Lopes, que perdeu o emprego de caminhoneiro, atividade na qual atuou por 14 anos.

Mesmo com as duas frentes de atuação, ele disse que é difícil pagar todas as contas e ganha menos do que no emprego anterior. Para a gerente e especialista em educação financeira da Serasa, Patrícia Camillo, o alto número de inadimplentes que dizem fazer "bicos" é reflexo também da alta taxa de juros no Brasil. "Isso traduz também, além da **inflação** e do alto desemprego, a falta de acesso ao crédito no mercado, já que muitas pessoas não têm por onde conseguir crédito e recorrem à informalidade", afirmou.

Na quarta-feira passada, o Banco Central decidiu manter a Selic, a taxa básica de juros, em 13,75%, pelo sétimo mês seguido. Assim, o patamar no país continua no maior nível desde dezembro de 2016 e resulta no maior juro real do mundo. Para Patrícia, o alto índice de inadimplentes e a pesquisa da Serasa apontam para a importância das pessoas procurarem manter o controle da vida financeira.

"É muito importante que a educação financeira seja uma pauta constante, mas também que esteja na agenda das empresas e empregadores em ações que auxiliem a vida financeira dos brasileiros", comentou a gerente. Ela ressaltou que o levantamento mostra como a saúde financeira impacta na vida profissional.

A pesquisa revelou que 39% dos entrevistados apontaram como "superação" a necessidade de sair da situação de inadimplência. Além disso, 38% dos que conseguiram renegociar a dívida apontaram que é

uma "motivação" para colocar a vida financeira em dia. "Esses sentimentos são muito simbólicos para nós, porque mostram que, quando a pessoa tem a oportunidade de quitar dívidas, voltar a ter acesso ao crédito, ter respiro financeiro, ela se sente motivada a voltar a sonhar e fazer planos, sejam eles pessoais ou profissionais, muitas vezes com mais consciência do que antes", explicou Patrícia.

A busca por trabalho fez Jean Pereira percorrer os 155 quilômetros que separam Itapetininga, onde mora, e Campinas para fazer o assentamento de piso em uma casa no Jardim Proença. Ele diz que, com exceção da parte elétrica, faz qualquer trabalho na construção civil, incluindo o de pedreiro, encanador, montador de ferragem, pintor e marceneiro. O trabalhador receberá R\$ 5 mil para assentar 100 metros de piso, tarefa que calcula executar em três dias.

"Se eu trabalhasse contratado por uma construtora, ganharia menos de R\$ 3 mil por mês", disse. Pereira chegou ontem a Campinas e pretende ir embora amanhã. Para reduzir os custos, vai dormir e tomar banho na obra. Ele admitiu o risco de ficar sem trabalho pelos próximos dias por causa da informalidade, mas disse que a remuneração que consegue compensa.

INADIMPLÊNCIA

A situação dos 1.094.640 inadimplentes registrados pela Serasa em abril equivale a dizer que a Região Metropolitana de Campinas tem um devedor em cada grupo de três habitantes, considerando que a população é estimada em 3,3 milhões de pessoas. É o maior número de devedores da série histórica da empresa, que traz os dados desde janeiro de 2019. O total representa um aumento de 0,37% em relação aos 1.090.584 de março.

Na comparação com abril de 2022, quando o número de devedores era de 1.050.641, o aumento foi 4,19%. Em 12 meses, 43.999 novos consumidores foram incluídos na lista de inadimplentes, o que dá uma média 120,54 por dia ou um a cada 12 minutos. Campinas chegou no quarto mês deste ano a 431.063 devedores, o equivalente a 36,83% da população, estimada em 1.170.247 pelo Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O aumento foi de 1,23% em relação aos 425.829 de março, acima do registrado na RMC.

Na comparação com abril do ano passado, o crescimento foi de 2,68%. Campinas tinha 419.816 consumidores negativados no quarto mês de 2022, de acordo com os dados da Serasa. Segundo a empresa, 19 das 20 cidades da RMC registraram alta no número de inadimplentes em abril. Apenas Morungaba

manteve o número em relação março - 4.648.

Os R\$ 6,27 bilhões do valor total da dívida na Região Metropolitana representou alta de 1,9% em relação aos R\$ 6,15 bilhões de março. Nos últimos 12 meses, o aumento foi de 22,01%. Em abril de 2022, o valor foi de R\$ 5,1 bilhões. Segundo a Serasa, os cartões de crédito representam o maior número das dívidas (28,14%), seguido por contas de água, energia e gás (22,93%) e varejo (12,49%).

Na RMC, total dos débitos atinge a cifra de R\$ 6,27 bilhões

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?id=2023-06-27>

América Latina deve liderar cortes de juros

Cidade do México - Os principais bancos centrais da América Latina, que lideraram alguns dos apertos monetários mais agressivos nos últimos dois anos, podem agora estar preparados para liderar o mundo nos cortes de juros em meio a sinais claros de desaceleração da **inflação** em países como Brasil e Chile.

O potencial ponto de inflexão ocorre mesmo quando o Federal Reserve e o Banco Central Europeu (BCE) sinalizam que novas altas de juros podem estar no horizonte, e o Banco da Inglaterra surpreendeu muitos investidores ao elevar os juros em 0,5 ponto percentual na semana passada.

A América Latina entrou no início de 2021 em um dos ciclos de aperto monetário mais acentuados do mundo para conter a **inflação** fomentada por obstáculos na cadeia de produção global, aumento dos preços dos alimentos e efeitos colaterais das medidas de estímulo fiscal usadas para aliviar o impacto econômico da pandemia da Covid-19.

Isso significa que os juros já estão nas alturas -11,25% no Chile e no México e 13,75% no Brasil - com mais espaço para cortes.

"Esperamos que os bancos centrais latino-americanos sejam os primeiros a cortar os juros globalmente porque há várias dinâmicas domésticas que beneficiaram a região", disse Joan Domene, economista sênior da Oxford Economics, citando atividade econômica acima do esperado e **inflação** desacelerada.

O analista Alberto Ramos, do Goldman Sachs, escreveu em uma nota de junho que a região estava vendo um progresso "gradual, mas constante e amplo" na **inflação**, incluindo o núcleo dos preços básicos, que poderia sinalizar uma "guinada de política à frente", embora com cautela.

O Uruguai já cortou os juros em 25 pontos-base em abril. O Chile deve ceder já no próximo mês, com o Brasil potencialmente seguindo em agosto.

O banco central do Chile manteve sua principal taxa de juros inalterada em 11,25% na semana passada, mas disse que, se as recentes tendências positivas continuarem, poderia começar a cortar a taxa no curto prazo.

As previsões apontam para um corte de juros no

próximo mês, disse Cesar Guzman, analista macroeconômico do Grupo Securities.

"O mercado já precificou a expectativa de um corte de 100 pontos-base", disse ele.

No Brasil, o Banco Central manteve a taxa Selic inalterada na semana passada pela sétima vez consecutiva, embora tenha adotado um tom mais brando em relação a medidas futuras, excluindo a possibilidade de futuras altas em seu **comunicado**.

O mercado financeiro brasileiro mostrava que muitos operadores estão apostando que o BC iniciará um ciclo de afrouxamento monetário em agosto, enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva segue insistindo que a autoridade monetária reduza os juros para estimular o crescimento. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Lula volta a defender moeda comum e crédito para Argentina

Marianna Holanda e Renato Machado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a defender, nesta segunda (26) a adoção de uma moeda comum com a Argentina, assim como a liberação de crédito para fomentar exportações brasileiras para o país vizinho.

O mandatário ainda disse que o BNDES poderá financiar um gasoduto na Argentina, como parte de uma lista de quase cem pontos que vão marcar o relançamento da parceria estratégica entre os dois países.

A declaração foi dada após encontro com o mandatário argentino, Alberto Fernández, no Itamaraty. Essa é a sua quarta visita desde que Lula foi eleito. Desta vez, ocorre pela celebração dos 200 anos das relações diplomáticas entre os dois países.

"Precisamos avançar nessa direção com novas e criativas soluções que permitam maior integração financeira e facilite nossas trocas. Entre as opções, está a adoção de moeda de referência específica para o comércio regional que não eliminará respectivas moedas nacionais", afirmou a jornalista.

"Hoje adotamos um ambicioso plano de ação para relançamento da aliança estratégica. São quase cem ações que dão concretude ao nosso projeto conjunto de desenvolvimento. Fico muito satisfeito com as perspectivas positivas de financiamento do BNDES à exportação de produtos para a construção do gasoduto Nestor Kirchner", afirmou Lula.

"Estamos trabalhando na criação de uma linha de financiamento abrangente das exportações brasileiras para Argentina. Não faz sentido que o Brasil perca espaço no mercado argentino para outros países porque esses oferecem crédito e nós não. Todo mundo tem a ganhar, as empresas, os trabalhadores brasileiros e os consumidores argentinos".

A Argentina aposta na construção do gasoduto para alcançar a independência nessa fonte de energia até 2025 e aliviar sua dura crise econômica, já que o governo poderá desde já economizar nas importações e reduzir a falta de dólares que impulsiona a altíssima inflação.

O primeiro trecho começou a funcionar na terça-feira (20).

Fernández e Lula trocaram elogios nesta segunda, como de praxe. Os dois ressaltaram a proximidade dos dois países e se chamaram de amigos.

"Nada é fácil porque vocês têm um amigo em problemas. Mas, quando o amigo está em problemas, o que ele faz, o amigo em problemas, é pedir ajuda para os amigos. E os amigos sempre estão aí", afirmou Fernández.

Além de financiar exportações para o país vizinho e a construção do gasoduto, o BND ES pode estruturar e decidir sobre a operação de crédito para financiar a venda à Argentina dos blindados Guaranis.

O plano apresenta um grande foco no fortalecimento do Mercosul, entidade que se viu sob ataques durante a ascensão de regimes mais conservadores nos últimos anos. O texto prevê, por exemplo, modernizar o regime de origens e de comércio de serviços do bloco.

Na área das comunicações, há um ponto que prevê trabalhar pela aprovação parlamentar e a implementação do acordo para eliminação da cobrança de encargos de roaming internacional no Mercosul.

Os primeiros itens do plano de ações tratam de obras de infraestrutura ligando os dois países.

Definir o futuro regime de gestão e manutenção da ponte Santo Tomé-São Borja e de seu Centro Unificado de Fronteira e Infraestruturas Conexas.

Não faz sentido que o Brasil perca espaço no mercado argentino para outros países porque esses oferecem crédito [para exportações] e nós não

Luiz Inácio Lula da Silva

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50320&maxTouch=0&anchor=6479359&pd=ddebd090807513919c2105382af39bdd>